

Pesquisa Nacional de Consórcios Públicos de Saúde



Série de Relatórios Executivos

CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE NO BRASIL

Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade

Luciana Dias de Lima



**PROGRAMA
INOVA FIOCRUZ**


**Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca
ENSP**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

**Relatório I – Consórcios Públicos
Intermunicipais de Saúde no Brasil:
localização e características gerais**

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Mário Santos Moreira

Presidente da Fiocruz

Maria de Lourdes Aguiar Oliveira

Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas

Claude Pirmez

Márcia Teixeira

Marcio Rodrigues

Coordenação do Programa Fiocruz de Fomento à Inovação - Inova Fiocruz

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SÉRGIO AROUCA

Marco Antônio Carneiro Menezes

Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Enirtes Caetano Prates Melo

Vice-Diretora de Ensino

Luciana Dias de Lima

Vice-Diretora de Pesquisa e Inovação

Rondineli Mendes da Silva

Liana Wernersbach Pinto

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública

EQUIPE DE PESQUISA

Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade (Coordenadora)

Luciana Dias de Lima

Colaboração:

Ana Camila Ribeiro Pereira

Pedro Gomes Andrade

Assessoria Técnica de Dados

Série de Relatórios Executivos

CONSÓRCIOS PÚBLICOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE NO BRASIL

Relatório I – Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: localização e características gerais

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade de suas autoras, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ou da Fiocruz.

Esta série de relatórios foi publicada de acordo com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz. Os textos constantes nesta publicação podem ser copiados e compartilhados desde que: não sejam utilizados para fins comerciais e que seja citada a fonte e atribuídos os devidos créditos. Distribuição gratuita.

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

A554p **Andrade, Silvia Karla Azevedo Vieira.**
 Pesquisa Nacional de Consórcios Públicos de Saúde. Série de Relatórios Executivos. Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil. / Silvia Karla Azevedo Vieira Andrade e Luciana Dias de Lima. — Rio de Janeiro, RJ : Fiocruz, ENSP, Programa Inova Fiocruz, 2023. 57 p. : il. color. ; graf. ; mapas ; tab.

ISBN: 978-65-89501-49-7

Inclui Bibliografia.

Relatório I – Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: localização e características gerais.

1. Consórcios de Saúde. 2. Política de Saúde. 3. Regionalização da Saúde. 4. Governança em Saúde. 5. Administração Pública. I. Lima, Luciana Dias de. II. Título.

CDD – 22.ed. – 362.10425

APRESENTAÇÃO

O objetivo desta série de relatórios executivos é apresentar de forma sistematizada os resultados da ‘Pesquisa Nacional de Consórcios Públicos de Saúde’, que tem como propósito mapear as principais características dos consórcios públicos intermunicipais de saúde, suas potencialidades e limitações para a organização regional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Este estudo contou com apoio financeiro do Programa Fiocruz de Fomento à Inovação – INOVA FIOCRUZ¹ [Chamada n.º 02/2022 - Pós Doutorado Júnior; Projeto n.º 31081355588818/2022] e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ [Programa Cientista do Nosso Estado – 2020; Processo n. E-26/201.123/2021], tendo sido desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)/Fiocruz.

Os relatórios estão estruturados, inicialmente, com uma parte introdutória, onde são apresentados os objetivos do estudo, sua justificativa, bem como os aspectos metodológicos que orientaram a coleta, sistematização e análise de dados. Na sequência são descritos os resultados em quatro relatórios individualizados, sendo:

Relatório I – Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: localização e características gerais

Relatório II – Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: organização e funcionamento

Relatório III – Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: configuração após a Lei dos Consórcios

Relatório IV – Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: estrutura e produção de serviços

O Relatório I apresenta a distribuição e as características geográficas da localização dos CPIS segundo seu município-sede e mostra o perfil desses

¹ Este programa tem como objetivo geral incentivar ambientes favoráveis à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde e a referida chamada selecionou propostas para concessão de bolsas a Pós-Doutores Juniores. O objetivo da chamada foi ampliar e dar qualidade às atividades de pesquisa básica, aplicada, assistencial, clínica e/ou de Saúde Pública articulada com o ensino, para todas as unidades e escritórios da Fiocruz, proporcionando suporte técnico-científico e acadêmico para aumentar a capacidade de geração de conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico.

municípios, considerando o Porte Municipal e a Faixa Populacional. Além disso, trata das características dos municípios consorciados e dos consorciamentos: porte municipal, faixa populacional, grau de urbanização, tipologia e classe de hierarquia, entre outros.

O Relatório II tem como foco os participantes do *websurvey* da pesquisa e caracteriza esses CPIS, apresentando informações organizativas, tais como a natureza jurídica, finalidade, composição e página oficial. Além disso, mostra informações sobre seu funcionamento interno e sua participação nas instâncias de deliberação do SUS.

O Relatório III, por sua vez, também se refere aos participantes do *websurvey* e apresenta as mudanças nos CPIS após a Lei Federal N.º 11.107/2005 e o Decreto Federal N.º 6.017/2007. Além disso, traz informações sobre o contrato de rateio, despesas e provimento de pessoal dos CPIS.

Por fim, o Relatório IV demonstra as características da estrutura física e da produção dos serviços dos CPIS, além de informações sobre o cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), programas e projeto/atividades executados.

Sumário

1. Introdução	10
2. Aspectos Metodológicos	11
3. Resultados	14
Seção 1. Distribuição geográfica dos CPIS segundo localização do Município-sede.....	14
Seção 2. Características dos CPIS segundo porte e faixa populacional do Município-sede	30
Seção 3. Características dos Municípios consorciados e dos Consorciamentos	34
Referências	49
Apêndices	50

Lista de Ilustrações

Gráfico 1. Distribuição do número de CPIS e de Municípios-sede por Macrorregião. Brasil. 2023.	16
Gráfico 2. Proporção de Regiões de Saúde e Macrorregiões de Saúde com CPIS segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.	20
Gráfico 3. Distribuição dos CPIS por classificação dos Recortes Metropolitanos segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.	28
Gráfico 4. Distribuição dos CPIS por Porte Populacional do município-sede. Brasil. 2023. ...	32
Gráfico 5. Distribuição dos Municípios-sede dos CPIS por Faixa Populacional do município-sede. Brasil. 2023.	33
Gráfico 6. Distribuição dos CPIS por Faixa Populacional do município-sede segundo Macrorregião. Brasil. 2023.	34
Gráfico 7. Distribuição dos Municípios consorciados por UF e Macrorregião do país. Brasil. 2023.	37
Gráfico 8. Distribuição dos Municípios que participam de mais de um CPIS. Brasil. 2023. ...	41
Gráfico 9. Distribuição dos Consorciamentos por porte populacional dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.	42
Gráfico 10. Distribuição dos CPIS por Faixa Populacional dos consorciamentos. Brasil. 2023.	43
Gráfico 11. Distribuição dos Consorciamentos por Grau de Urbanização dos municípios consorciados. Brasil.	45
Gráfico 12. Distribuição dos Consorciamentos por Tipologia dos Municípios consorciados por Macrorregião. Brasil. 2023.	46
Gráfico 13. Distribuição dos Consorciamentos por Classe de Hierarquia Urbana dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.	47

Lista de Tabelas

Tabela 1. Distribuição dos CPIS e Municípios-sede por UF e Macrorregião. Brasil, 2023.....	15
Tabela 2. Distribuição dos Municípios-sede por CPIS existentes. Brasil, 2023.	16
Tabela 3. Distribuição dos CPIS por Região de Saúde e Macrorregião de Saúde segundo localização do município-sede. Brasil, 2023.	18
Tabela 4. Distribuição dos CPIS por Região Geográfica Imediata e Região Geográfica Intermediária segundo localização do município-sede. Brasil, 2023.	22
Tabela 5. Distribuição dos CPIS por Recortes Metropolitanos segundo localização do município-sede. Brasil, 2023.	25
Tabela 6. Distribuição dos CPIS por classificação dos Recortes Metropolitanos segundo localização do município-sede. Brasil, 2023.	28
Tabela 7. Distribuição dos CPIS por Porte Populacional do município-sede. Brasil, 2023.....	31
Tabela 8. Distribuição dos CPIS por faixa populacional do Município-sede. Brasil, 2023.	33
Tabela 9. Distribuição dos Municípios consorciados e Municípios não consorciados por Estado e Macrorregião. Brasil, 2023.	35
Tabela 10. Distribuição dos Municípios consorciados dos CPIS por Região de Saúde e Macrorregião de Saúde. Brasil, 2023.	38
Tabela 11. Distribuição dos Municípios que participam de mais de um CPIS. Brasil, 2023...	40
Tabela 12. Distribuição dos Consorciamentos por porte populacional dos Municípios consorciados. Brasil, 2023.....	41
Tabela 13. Distribuição dos Consorciamentos por Faixa Populacional dos Municípios consorciados. Brasil, 2023.....	42
Tabela 14. Distribuição dos Consorciamentos por Grau de Urbanização. Brasil, 2023.	44
Tabela 15. Distribuição dos Consorciamentos por classe de hierarquia dos Municípios consorciados. Brasil, 2023.....	47

1. Introdução

Os Consórcios Públicos são arranjos organizativos de caráter voluntário e de natureza associativa e autárquica entre entes da federação, que se constituem como um instrumento de apoio ao desenvolvimento de políticas e ações de interesse comum, por meio de contratos compartilhados.

Os consórcios de saúde tiveram início em meados dos anos de 1980 e se expandiram e diversificaram nas décadas seguintes. A Constituição Federal de 1988 previu a estruturação de consórcios para a execução de políticas públicas, porém, sua regulamentação ocorreu apenas em meados dos anos 2000, por meio da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos) (BRASIL, 2005) e do Decreto Federal nº 6.017/2007 (BRASIL, 2007).

O processo de descentralização no SUS impulsionou a organização dos consórcios entre os municípios que possuem abrangência e áreas de atuação diversa nos territórios regionais. Na atualidade, parte da contribuição das municipalidades no orçamento da saúde é executada por meio de diversos programas de interesse comum através da ação pública consorciada em todo território nacional.

Diante do crescimento dos consórcios no SUS e sua diversidade de atuação, surgem algumas questões de investigação: como os consórcios se distribuem nas diferentes regiões e estados do Brasil? Quais as principais características dos municípios consorciados e das localidades onde os consórcios estão sediados? Ocorreram mudanças organizacionais e de atuação dos consórcios após a regulamentação de 2005? Qual o escopo dos programas de interesse comum executados por meio dos consórcios públicos de saúde no Brasil?

O objetivo geral do estudo é identificar as características da distribuição territorial, da organização e da atuação dos consórcios públicos de saúde no Brasil. Os objetivos específicos são: a) mapear os consórcios públicos intermunicipais atuantes na saúde; b) identificar características organizativas e de atuação dos consórcios públicos intermunicipais de saúde nas diferentes macrorregiões do país, e; c) Apresentar informações para análise comparativa entre consórcios de diferentes localidades.

2. Aspectos Metodológicos

Trata-se de estudo exploratório e descritivo apoiado em dados secundários e realização de *websurvey*. Os dados secundários sobre os consórcios públicos intermunicipais de saúde foram obtidos das seguintes fontes:

1. Base de dados cadastrais de uso restrito confeccionada pelo Departamento de Gestão Interfederativa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (DGIP/SE/MS), contendo 35 variáveis e contemplando 221 consórcios públicos intermunicipais. Esta confecção foi realizada a partir da busca telefônica e preenchimento de uma ficha cadastral dos consórcios em 2014 e disponibilizada mediante Termo de Autorização de Uso de Dados (TAUD) pelo DGIP/SE/MS para este estudo.
2. Base de dados cadastrais de acesso público estruturada pelo Observatório Municipalista de Consórcios da Confederação Nacional de Municípios (CNM), contendo 6 variáveis e contemplando 291 consórcios públicos intermunicipais de saúde. Esta base de dados foi estruturada por meio da manifestação voluntária dos consórcios em 2019 e disponibilizada pela Presidência da CNM para este estudo.

Os dados obtidos nestas duas fontes totalizaram 512 consórcios e foram unificados utilizando-se o Microsoft Access 2016 (versão 16.0) para integração de múltiplas bases de dados (Microsoft Corporation, 2015). A esta base de dados unificada foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: a) registros duplicados e consórcios públicos com CNPJ e/ou razão social coincidentes; b) consórcios públicos inativos; c) consórcios públicos que não dispõem de finalidade de saúde.

Para aplicação desses critérios foram consultadas fontes de dados secundárias públicas oficiais da Receita Federal do Brasil, Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Associações de Consórcios nos estados e as páginas oficiais dos consórcios públicos listados nas bases secundárias, resultando na identificação inicial de 315 consórcios intermunicipais de saúde.

Observa-se que os consórcios intermunicipais apresentados nas bases de dados secundários como consórcios públicos e que tinham natureza jurídica privada por associação administrativa (que, portanto, que não se adequaram à legislação federal) não foram excluídos desse estudo, considerando sua convergência aos seus objetivos.

A coleta de dados primários foi realizada a partir de questionário online (websurvey), confeccionado por meio do Google Forms (Google LLC, 2023), aplicado no período de novembro/2022 a janeiro/2023 e direcionado aos dirigentes dos 315 consórcios identificados nas fontes secundárias.

O questionário foi composto de 82 perguntas, sendo 53 abertas (no formato textual, numérico ou anexação de arquivos) e 29 fechadas (opções de múltipla escolha com uma ou mais opções simultaneamente) e contemplou as seguintes dimensões:

- Composição dos entes consorciados e localização territorial.
- Características organizacionais e administrativas.
- Informações orçamentárias e financeiras.
- Mudanças após a adequação à regulamentação legislativa.
- Programas e projeto/atividades em execução.
- Composição e características da força de trabalho e do provimento de pessoal e produção de serviços.

As questões para anexação de arquivos contemplaram: ato de nomeação do respondente (Secretário Executivo); Contrato de Consórcio ou Estatuto (versão mais atual); Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) (último aprovado); Plano de Aplicação Anual (PAA) (último aprovado).

O link de acesso do questionário online foi enviado por meio do endereço eletrônico dos consórcios participantes, contendo uma carta de apresentação da pesquisa. À mensagem, foram anexados o projeto completo da pesquisa em formato documental e o arquivo de apresentação de seus objetivos em slides. Todos os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O impulsionamento das respostas ao questionário foi realizado por meio da confecção de cards distribuídos nas redes sociais e nas redes de contatos de organismos interlocutores da pesquisa nos estados, tais como: Seções de Apoio Institucional e Articulação Interfederativa das Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEIMP/SEMS/MS); Coordenadores e facilitadores do projeto Rede Colaborativa-Proadi/SUS da Rede CONASEMS-COSEMS; Secretarias Estaduais de Saúde (SES), Consórcios e Associações de Consórcios vinculados à Rede Nacional de Consórcios Públicos (RNCP).

Destaca-se que, ao longo da coleta, 26 consórcios foram excluídos após aplicação dos mesmos critérios de exclusão e oito (8) consórcios que não constavam na base de dados do Ministério da Saúde e da CNM foram identificados e inseridos na base unificada. Com isso, a coleta de dados reuniu o universo de 297 consórcios públicos intermunicipais de saúde, considerados nesse estudo. Destes, foram respondidos 167 questionários (56,2%) ao final da coleta.

Os dados primários foram acrescentados à base de dados unificada, contemplando a organização de 49 tabelas com campos (variáveis) vinculados entre si. Além disso, foram associados outros dados secundários, oriundos de fontes oficiais, dentre elas: IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e sistemas do Ministério da Saúde (Tabnet/SUS, SISAB/SUS, SIA/SUS, SIH/SUS, SAGE/SUS, SISMAC/SUS, FNS/SUS e SCNES/SUS). Com isso, a base de dados final contemplou 336 variáveis.

O conjunto de dados primários e secundários foi analisado por meio da plataforma R (R Core Team, 2021), sob direcionamento de uma matriz de análise contendo 36 indicadores (Apêndice 1).

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/Fiocruz e aprovado sob CAAE nº 63106022.9.0000.5240.

3. Resultados

Este *Relatório I - Consórcios Públicos Intermunicipais de Saúde no Brasil: localização e características gerais* dispõe sobre os resultados do estudo em três seções. A primeira trata da distribuição geográfica dos CPIS por Macrorregião (ou grande região do Brasil), estados e Distrito Federal, Região de Saúde, Macrorregião de Saúde, Região Imediata e Intermediária de Articulação Urbana, Região Metropolitana e outras divisões e classificações territoriais, segundo localização do município-sede.

A segunda seção mostra o perfil dos CPIS considerando o porte municipal e faixa populacional do município-sede. E a terceira seção, por sua vez, apresenta características dos municípios consorciados e dos consorciamentos, considerando o porte municipal, faixa populacional, grau de urbanização, tipologia e classe de hierarquia, além de outras qualificações territoriais.

Seção 1. Distribuição geográfica dos CPIS segundo localização do Município-sede

A Tabela 1 e o Gráfico 1 mostram a distribuição geográfica dos CPIS e seus municípios-sede. Os 297 CPIS identificados no país encontram-se distribuídos em 22 estados da federação, além do Distrito Federal. A maior concentração de CPIS encontra-se na Macrorregião Sudeste (132; 44,4% do total) e Sul (69; 23,3%). Destacam-se os estados do Acre (AC), Amazonas (AM), Roraima (RR) e Amapá (AP) que não possuem CPIS.

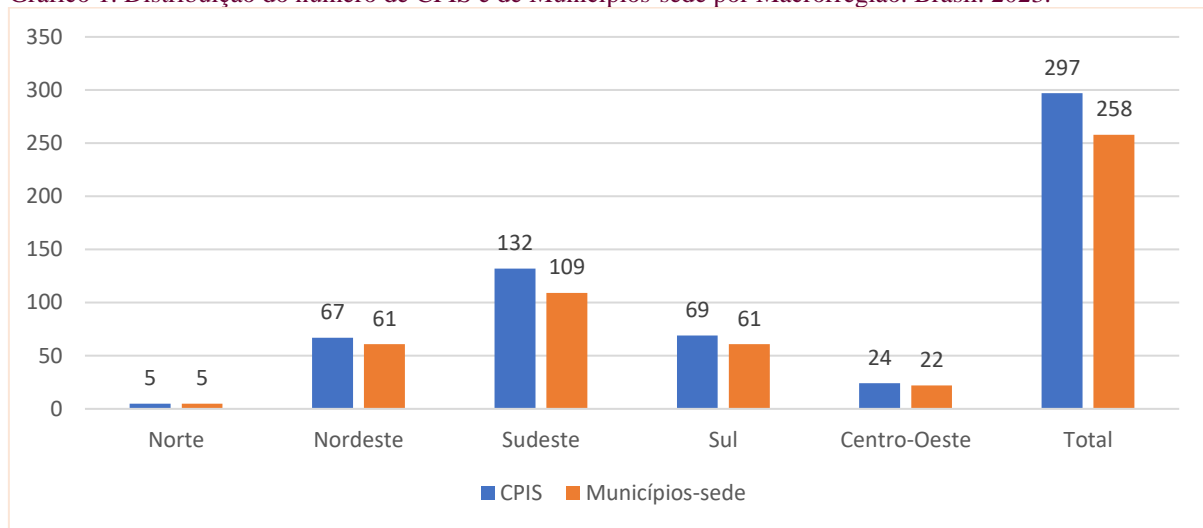
Os 297 CPIS encontram-se localizados em 258 municípios-sede. Considerando a relação entre o número de CPIS e de municípios-sede, na Região Sudeste, 109 municípios-sede respondem por 82,5% dos CPIS existentes. Na Macrorregião Sul, 88,4% dos CPIS estão localizados em 61 municípios-sede, no Nordeste 91% dos CPIS situam-se em 61 municípios-sede e, no Centro-Oeste, 91,6% em 22 municípios-sede. A Região Norte possui o mesmo número de CPIS e municípios-sede (5).

Tabela 1. Distribuição dos CPIS e Municípios-sede por UF e Macrorregião. Brasil. 2023.

Macrorregião	N.º CPIS	N.º Municípios-sede	%	UF	N.º CPIS	N.º Municípios-sede	%
Norte	5	5	100,0	AC	0	0	0,0
				AM	0	0	0,0
				AP	0	0	0,0
				PA	1	1	100,0
				RO	1	1	100,0
				RR	0	0	0,0
				TO	3	3	100,0
Nordeste	67	61	91,0	AL	1	1	100,0
				BA	21	20	95,2
				CE	21	21	100,0
				MA	6	3	50,0
				PB	4	3	75,0
				PE	10	9	90,0
				PI	1	1	100,0
				RN	2	2	100,0
				SE	1	1	100,0
Sudeste	132	109	82,5	ES	6	6	100,0
				MG	87	67	77,0
				RJ	9	8	88,9
				SP	30	28	93,3
Sul	69	61	88,4	PR	31	23	74,2
				RS	22	22	100,0
				SC	16	16	100,0
Centro-Oeste	24	22	91,6	DF	1	1	100,0
				GO	3	3	100,0
				MS	3	2	66,7
				MT	17	16	94,1
Total	297	258	86,9		297	258	86,9

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 1. Distribuição do número de CPIS e de Municípios-sede por Macrorregião. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

Quanto ao número de CPIS por município-sede, a Tabela 2 mostra que há três municípios que sediam 4 CPIS/cada, 2 municípios que sediam 3 CPIS por município e 26 municípios que sediam 2 CPIS por município. Nos demais 227 municípios-sede identificados no estudo, encontra-se apenas um CPIS, considerando sua natureza e finalidade de saúde pública (Apêndice 1).

Tabela 2. Distribuição dos Municípios-sede por CPIS existentes. Brasil. 2023.

N.º CPIS	Municípios-sede	N.º Municípios	%
4	São Luís (MA); Uberlândia (MG); Montes Claros (MG).	3	1,2
3	Guarapuava (PR); Juiz de Fora (MG). Alagoinhas (BA); Araçuaí (MG); Assis (SP); Barbacena (MG); Campo Grande (MS); Campo Grande (MS); Caratinga (MG); Cascavel (PR); Curitiba (PR); Divinópolis (MG); Governador Valadares (MG); Ipatinga (MG); Itaperuna (RJ); Janaúba (MG); 2	26	10,1
2	Januária (MG); Maringá (PR); Mogi das Cruzes (SP); Muriaé (MG); Pato Branco (PR); Ponta Grossa (PR); Recife (PE); Sorriso (MT); Sumé (PB); Teófilo Otoni (MG); Uberaba (MG); Umuarama (PR); Varginha (MG).		
1	Outros (vide Apêndice 1)	227	88,0
Total		258	100,0

Fonte: elaboração própria.

Considerando a política de regionalização da saúde, os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) estão organizados em Regiões de Saúde e Macrorregiões de Saúde.

As Regiões de Saúde são uma estratégia de organização e gestão do SUS, estabelecidas no Pacto pela Saúde em 2006. Segundo o Pacto pela Saúde (BRASIL, 2006), tratam-se de recortes territoriais inseridos em espaços geográficos contínuos. A identificação e definição de regiões de saúde é responsabilidade dos gestores municipais e estaduais, tendo como base a existência de identidades culturais, econômicas e sociais, assim como de redes nas áreas de comunicação, infraestrutura, transportes e saúde. Elas podem assumir diferentes desenhos, desde que adequados às diversidades locais, mesmo que não acompanhando as divisões administrativas regionais já utilizadas por alguns estados. As Regiões de Saúde também albergam as Comissões Intergestores Regionais (antigos Colegiados de Gestão Regional) que são instâncias de gestão colegiadas do SUS conformados por todos os gestores municipais da região e por representação da Secretaria de Estado de Saúde.

Já as Macrorregiões de Saúde foram definidas por meio da Resolução CIT nº 37 de 22 de março de 2018 (BRASIL, 2018) como sendo os espaços regionais ampliados que garantem a resolutividade da Rede de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do Planejamento Regional Integrado (PRI). O delineamento dessas Macrorregiões é estabelecido por meio de pactuação entre os estados e municípios e seguem os critérios de conformação regional com escala necessária para a sustentabilidade dos serviços de alta complexidade, baseada em um limite geográfico, independente de divisas estaduais, e um contingente mínimo populacional de 700 mil habitantes, exceto para os estados da Região Norte cuja base mínima populacional é de 500 mil habitantes e de contiguidade territorial, mesmo quando ultrapassar as divisas estaduais, visando dar coesão regional bem como proporcionar a organização, o planejamento e a regulação de serviços de saúde no território.

As informações sobre a Regionalização disponibilizadas pelo Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa do Ministério da Saúde apontavam para 450 Regiões de Saúde e 117 Macrorregiões de Saúde no ano de 2021 (<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/se/dgip/regionalizacao> - acessada em jul. 2023).

A Tabela 3 e o Gráfico 2 mostram que os CPIS estão distribuídos em 235 Regiões de Saúde das existentes (52,2%) em relação às suas sedes administrativas e em 88 das Macrorregiões de Saúde (75,2%). A maior concentração de Macrorregiões de Saúde e de Regiões de Saúde com CPIS encontra-se na Macrorregião Sul do país. O Mapa 1 mostra a distribuição dos CPIS por Macrorregião de Saúde e Regiões de Saúde, segundo o município-sede.

Tabela 3. Distribuição dos CPIS por Região de Saúde e Macrorregião de Saúde segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.

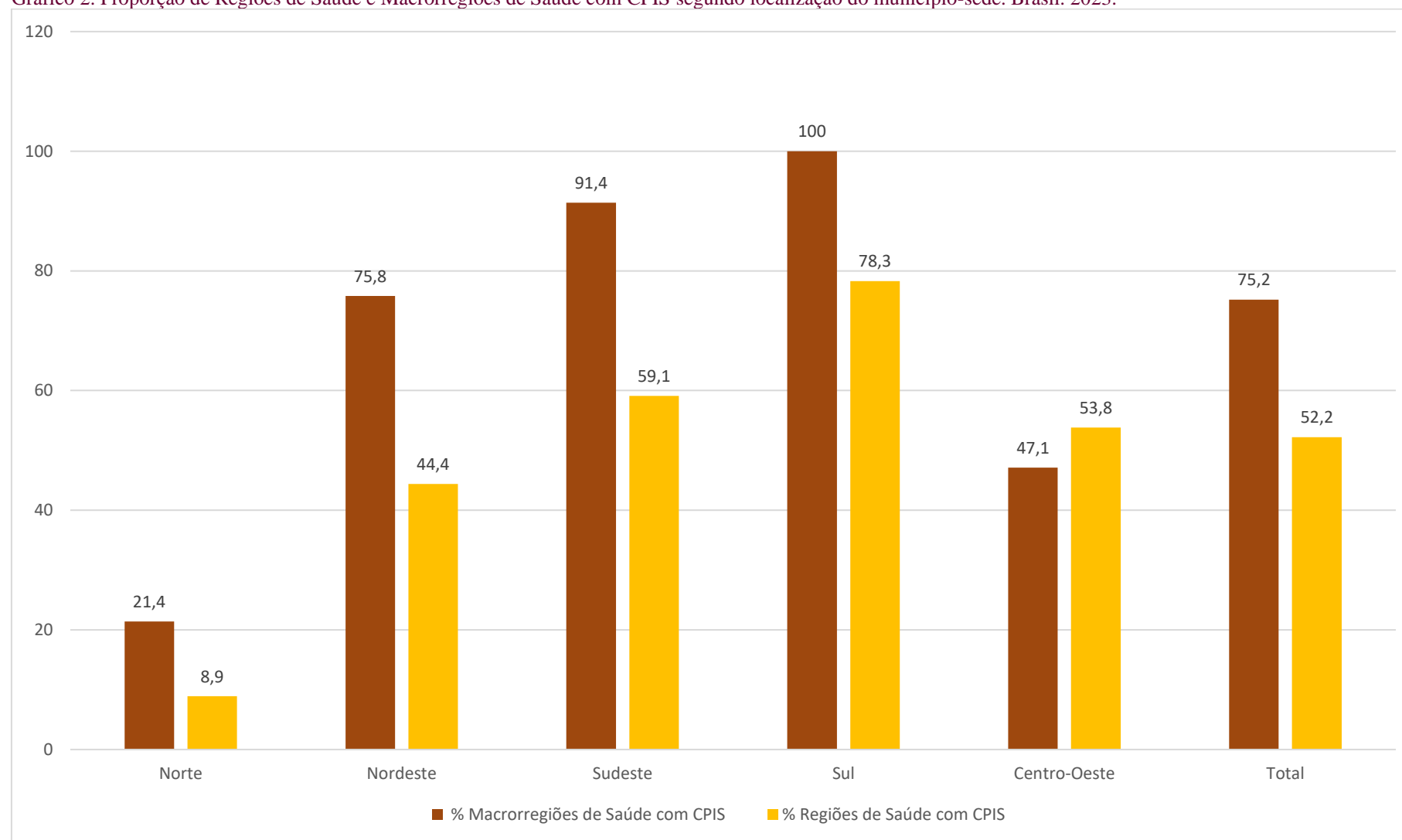
UF/Macrorregião	N.º CPIS	N.º Regiões de Saúde	c/ CPIS	%	%	N.º Macrorregiões de Saúde	c/ CPIS	%	%
AC	0	3	0	0,0	0,0	1	0	0,0	0,0
AM	0	9	0	0,0	0,0	3	0	0,0	0,0
AP	0	3	0	0,0	0,0	1	0	0,0	0,0
PA	1	13	1	7,7	25,0	4	1	25,0	33,3
RO	1	7	1	14,3	25,0	2	1	50,0	33,3
RR	0	2	0	0,0	0,0	1	0	0,0	0,0
TO	3	8	2	25,0	50,0	2	1	50,0	33,3
Norte	5	45	4	8,9	1,7	14	3	21,4	3,5
AL	1	10	1	10,0	1,7	2	1	50,0	4,0
BA	21	28	20	71,4	33,9	9	9	100,0	36,0
CE	21	22	21	95,5	35,6	5	5	100,0	20,0
MA	6	19	3	15,8	5,1	3	1	33,3	4,0
PB	4	16	3	18,8	5,1	3	2	66,7	8,0
PE	10	12	7	58,3	11,9	4	4	100,0	16,0
PI	1	11	1	9,1	1,7	4	1	25,0	4,0
RN	2	8	2	25,0	3,4	2	1	50,0	4,0
SE	1	7	1	14,3	1,7	1	1	100,0	4,0
Nordeste	67	133	59	44,4	25,1	33	25	75,8	29,1
ES	6	3	3	100,0	3,1	3	3	100,0	9,4

(continua)

MG	87	89	62	69,7	63,9	14	14	100,0	43,8
RJ	9	9	7	77,8	7,2	3	3	100,0	9,4
SP	30	63	25	39,7	25,8	17	12	70,6	37,5
Sudeste	132	164	97	59,1	41,3	35	32	91,4	37,2
PR	31	22	21	95,5	38,9	4	4	100,0	22,2
SC	16	17	14	82,4	25,9	7	7	100,0	38,9
RS	22	30	19	63,3	35,2	8	8	100,0	42,1
Sul	69	69	54	78,3	23	19	19	100,0	21,6
DF	1	1	1	100,0	5,2	2	1	50,0	11,1
GO	3	18	3	16,7	14,3	5	2	40,0	25,0
MS	3	4	1	25,0	4,8	4	1	25,0	12,5
MT	17	16	16	100,0	76,2	6	5	83,3	62,5
Centro-Oeste	24	39	21	53,8	8,9	17	9	47,1	9,3
Total	297	450	235	52,2	100,0	117	88	75,2	100,0

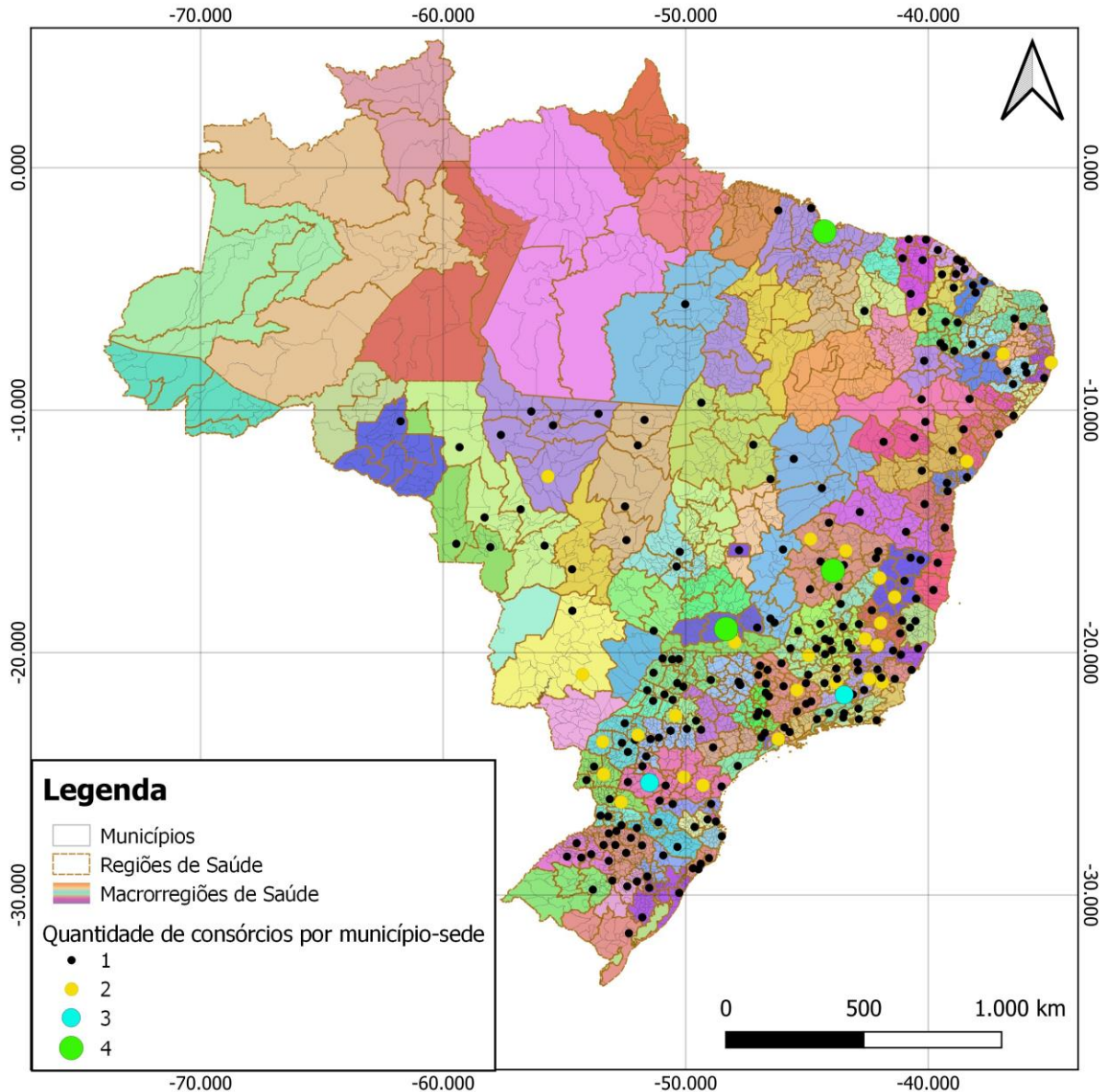
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2. Proporção de Regiões de Saúde e Macrorregiões de Saúde com CPIS segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

Mapa 1. Distribuição dos CPIS por Macrorregiões de Saúde e Regiões de Saúde segundo localização do município-sede, Brasil, 2023.



Fonte: elaboração própria.

A Divisão Regional do Brasil foi redefinida pelo IBGE em 2017, que estabeleceu novo critérios para definição de Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, em substituição às Mesorregiões e Microrregiões, que vigoravam desde 1989. Tais critérios se justificam pelas mudanças ocorridas no país nas últimas três décadas. As Regiões Geográficas Imediatas têm seu principal elemento de referência a rede urbana, tendo os centros urbanos próximos como elemento para satisfação das suas necessidades imediatas pré-definidas. As regiões geográficas intermediárias dispõem de uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. As Regiões Geográficas

Intermediárias incluem as Metrôpoles ou Capitais Regionais ou ainda centros urbanos de menor dimensão representativos das Regiões Geográficas Imediatas².

A Tabela 4 e o Mapa 2 mostram que das 510 Regiões Geográficas Imediatas no país, 415 (81,3%) dispõem de CPIS e das 133 Regiões Intermediárias, 128 (96,2%) contam com consórcios.

Tabela 4. Distribuição dos CPIS por Região Geográfica Imediata e Região Geográfica Intermediária segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.

UF/Macrorregião	N.º CPIS	N.º Região Geográfica Imediata	%	N.º Região Geográfica Intermediária	%
PA	1	3	23,1	1	7,7
RO	1	6	46,2	2	15,4
TO	3	4	30,8	2	15,4
Norte	5	13	3,1	5	3,9
AL	1	4	3,4	2	1,7
BA	21	35	29,4	11	9,2
CE	21	18	15,1	6	5,0
MA	6	18	15,1	7	5,9
PB	4	9	7,6	4	3,4
PE	10	17	14,3	4	3,4
PI	1	1	0,8	1	0,8
RN	2	11	9,2	3	2,5
SE	1	6	5,0	2	1,7
Nordeste	67	119	28,7	40	31,3
ES	6	9	6,1	5	3,4
MG	87	79	53,4	21	14,2
RJ	9	14	9,5	6	4,1
SP	30	46	31,1	12	8,1
Sudeste	132	148	35,7	44	34,4
PR	31	36	34,3	10	9,5
RS	22	41	39,0	8	7,6
SC	16	28	26,7	11	10,5
Sul	69	105	25,3	29	22,7
DF	1	-	-	-	-

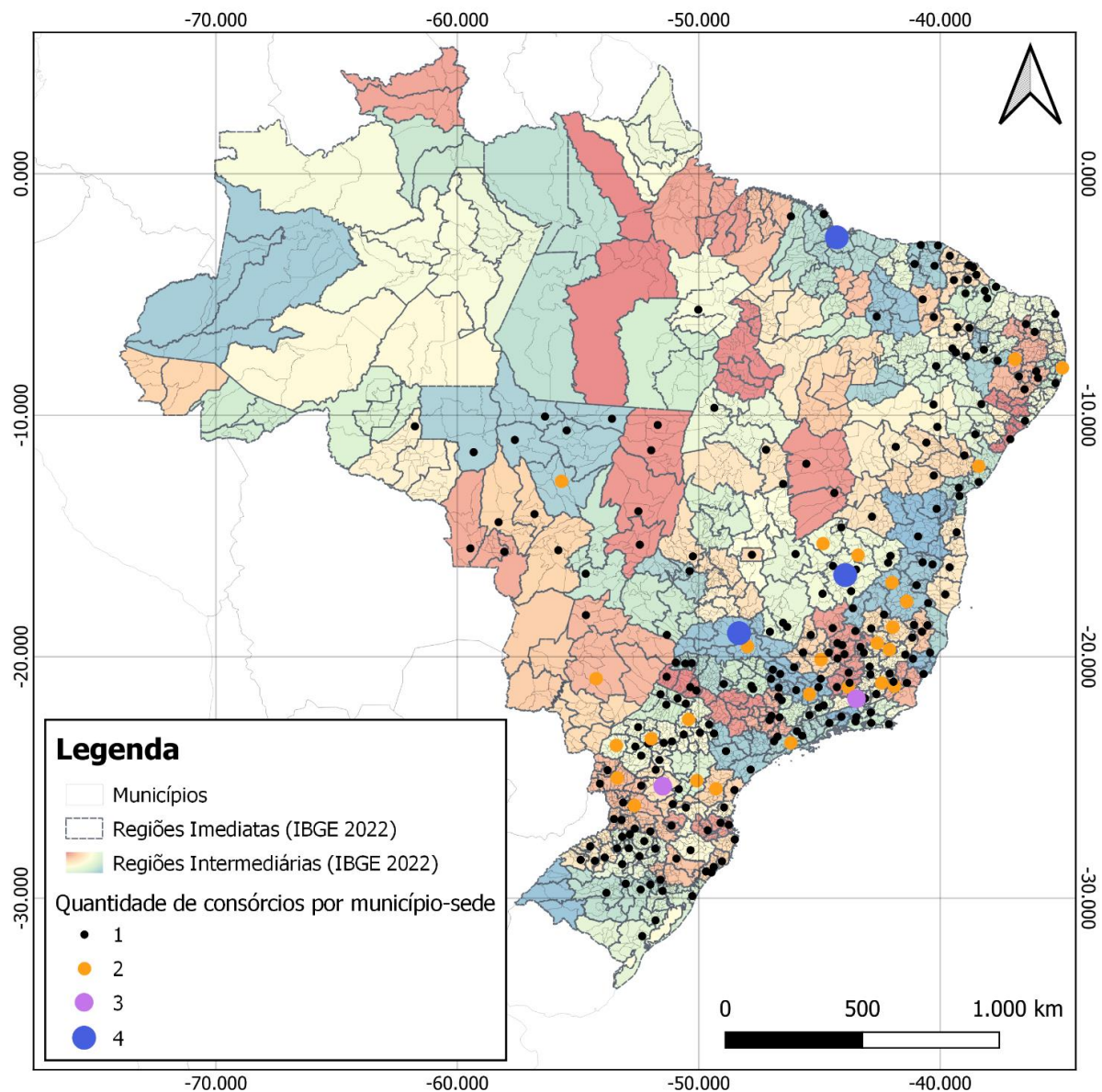
(continua)

² Maiores informações sobre essa conformação encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do IBGE: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/#/home.

GO	3	6	20,0	3	10,0
MS	3	6	20,0	2	6,7
MT	17	18	60,0	5	16,7
Centro-Oeste	24	30	7,2	10	7,8
Total	297	415	100,0	128	100,0

Fonte: elaboração própria.

Mapa 2. Distribuição dos CPIS nas Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias segundo localização do município-sede. Brasil, 2023.



Fonte: elaboração própria.

A identificação das Regiões Metropolitanas (RM), Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento no Brasil (RIDE) foram reconsideradas em um modelo

mais abrangente em 2022 pelo IBGE, denominado “Recortes Metropolitanos”³. Os diferentes recortes metropolitanos (ou áreas metropolitanas) agregam diversas cidades contíguas em zonas urbanas que possuem elevada densidade populacional, e exercem importante influência econômica e política no país. Os Recortes Metropolitanos são subdivididos em Categorias Metropolitanas, que podem ser RIDEs, Regiões Metropolitanas ou outras unidades complementares. Atualmente, existem 86 Recortes Metropolitanos no Brasil⁴, sendo 10 na Região Norte, 31 no Nordeste, 16 no Sudeste, 24 no Sul e 5 no Centro-oeste.

A Tabela 5 mostra que, segundo a localização de seus municípios-sede, os CPIS estão distribuídos em 61 das 86 RM (70,9%) no Brasil. Estes CPIS estão dispostos em 3 (3%) RM da Região Norte, 18 (58%) do Nordeste, 12 (75%) do Sudeste, 23 (95,8%) da Região Sul e 5 (100%) do Centro-Oeste.

3 Para saber mais, acesse: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101958>.

4 Nos anos de 1970 foram criadas as primeiras 9 Regiões Metropolitanas no Brasil, previstas pela Constituição Federal de 1967 e conformadas a partir dos fluxos econômicos, para realização de serviços públicos de interesse comum, sob responsabilidade da União e a CF/1988 definiu os estados como seus responsáveis (PERES et al., 2018).

Tabela 5. Distribuição dos CPIS por Recortes Metropolitanos segundo localização do município-sede. Brasil. 2023

Macrorregião	N.º Recortes Metropolitanos	Com CPIS	%	UF	Recorte Metropolitano	Relação com RM	N.º CPIS	%			
Norte	10	3	3,0	PA	Fora da Região Metropolitana (PA)	Fora da RM	1	20,0			
				RO	Fora da Região Metropolitana (RO)	Fora da RM	1	20,0			
				TO	Fora da Região Metropolitana (TO)	Fora da RM	3	60,0			
				Subtotal						5	1,7
Nordeste	31	18	58,0	AL	Fora da Região Metropolitana (AL)	Fora da RM	1	1,5			
				BA	Fora da Região Metropolitana (BA)	Fora da RM	19	28,4			
					RIDE do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA	RM – outra	1	1,5			
					RM de Salvador (BA)	RM – capital	1	1,5			
				CE	RM do Cariri (CE)	RM – outra	2	3,0			
					Fora da Região Metropolitana (CE)	Fora da RM	16	23,9			
					RM de Fortaleza (CE)	RM – capital	3	4,5			
				MA	Fora da Região Metropolitana (MA)	Fora da RM	2	3,0			
					RM da Grande São Luís (MA)	RM – outra	4	6,0			
				PB	RM de Barra de Santa Rosa (PB)	RM – outra	1	1,5			
					Fora da Região Metropolitana (PB)	Fora da RM	2	3,0			
					RM do Vale do Piancó (PB)	RM – outra	1	1,5			
				PE	Fora da Região Metropolitana (PE)	Fora da RM	8	11,9			
					RM de Recife (PE)	RM – capital	2	3,0			
				PI	Fora da Região Metropolitana (PI)	Fora da RM	1	1,5			
				RN	Fora da Região Metropolitana (RN)	Fora da RM	1	1,5			
					RM de Natal (RN)	RM – capital	1	1,5			
				SE	RM de Aracaju (SE)	RM – capital	1	1,5			
				Subtotal						67	22,6
				Sudeste	16	12	75,0	ES	Fora da Região Metropolitana (ES)	Fora da RM	6
MG	Colar Metropolitano de Belo Horizonte (MG)	RM – outra	2					1,5			

(continua)

					RM de Belo Horizonte (MG)	RM – capital	3	2,3
					Fora da Região Metropolitana (MG)	Fora da RM	78	59,1
					Colar Metropolitano do Vale do Aço (MG)	RM – outra	2	1,5
					RM do Vale do Aço (MG)	RM – outra	2	1,5
				RJ	Fora da Região Metropolitana (RJ)	Fora da RM	7	5,3
					RM do Rio de Janeiro (RJ)	RM – capital	2	1,5
				SP	RM de Campinas (SP)	RM – outra	1	0,8
					Fora da Região Metropolitana (SP)	Fora da RM	22	16,7
					RM de São Paulo (SP)	RM – capital	4	3,0
					RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP)	RM – outra	3	2,3
					Subtotal		132	44,4
Sul	24	23	95,8	PR	RM de Apucarana (PR)	RM – outra	2	2,9
					RM de Campo Mourão (PR)	RM – outra	1	1,4
					RM de Cascavel (PR)	RM – outra	2	2,9
					RM de Curitiba (PR)	RM – capital	2	2,9
					Fora da Região Metropolitana (PR)	Fora da RM	18	26,1
					RM de Londrina (PR)	RM – outra	1	1,4
					RM de Maringá (PR)	RM – outra	2	2,9
					RM de Toledo (PR)	RM – outra	1	1,4
					RM de Umuarama (PR)	RM – outra	2	2,9
				SC	RM do Alto Vale do Itajaí (SC)	RM – outra	1	1,4
					RM Carbonífera (SC)	RM – outra	3	4,3
					RM de Chapecó (SC)	RM – outra	1	1,4
					RM do Contestado (SC)	RM – outra	2	2,9
					RM do Extremo Oeste (SC)	RM – outra	2	2,9
					RM de Florianópolis (SC)	RM – capital	1	1,4
					RM da Foz do Rio Itajaí (SC)	RM – outra	1	1,4
					RM de Lages (SC)	RM – outra	1	1,4

(continua)

					RM do Norte/Nordeste Catarinense (SC)	RM – outra	2	2,9
					RM de Tubarão (SC)	RM – outra	1	1,4
					RM do Vale do Itajaí (SC)	RM – outra	1	1,4
				RS	Fora da Região Metropolitana (RS)	Fora da RM	20	29,0
					RM de Porto Alegre (RS)	RM – capital	1	1,4
					RM da Serra Gaúcha (RS)	RM – outra	1	1,4
							69	23,2
<i>Subtotal</i>								
Centro-Oeste	5	5	100,0	MS	Fora da Região Metropolitana (MS)	Fora da RM	3	12,5
				MT	Fora da Região Metropolitana (MT)	Fora da RM	16	66,7
					RM do Vale do Rio Cuiabá (MT)	RM – outra	1	4,2
				GO	Fora da Região Metropolitana (GO)	Fora da RM	3	12,5
				DF	RIDE do Distrito Federal e Entorno	RM – DF	1	4,2
							24	8,1
<i>Subtotal</i>								
Total	86	61	70,9				297	100,0

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 6 e o Gráfico 3 mostram que dentre as RM que incluem as capitais estaduais (considerando o Distrito Federal), 13 sediam consórcios e dispõem de 22 CPIS (7,4%). Os CPIS cujos municípios-sede estão situados em Recortes Metropolitanos fora das Regiões Metropolitanas somam 226 arranjos, estabelecidos em 216 RM (72,7%). Os CPIS localizados em RM considerados Regiões Metropolitanas, fora das capitais (outras), somam 47 (15,8%).

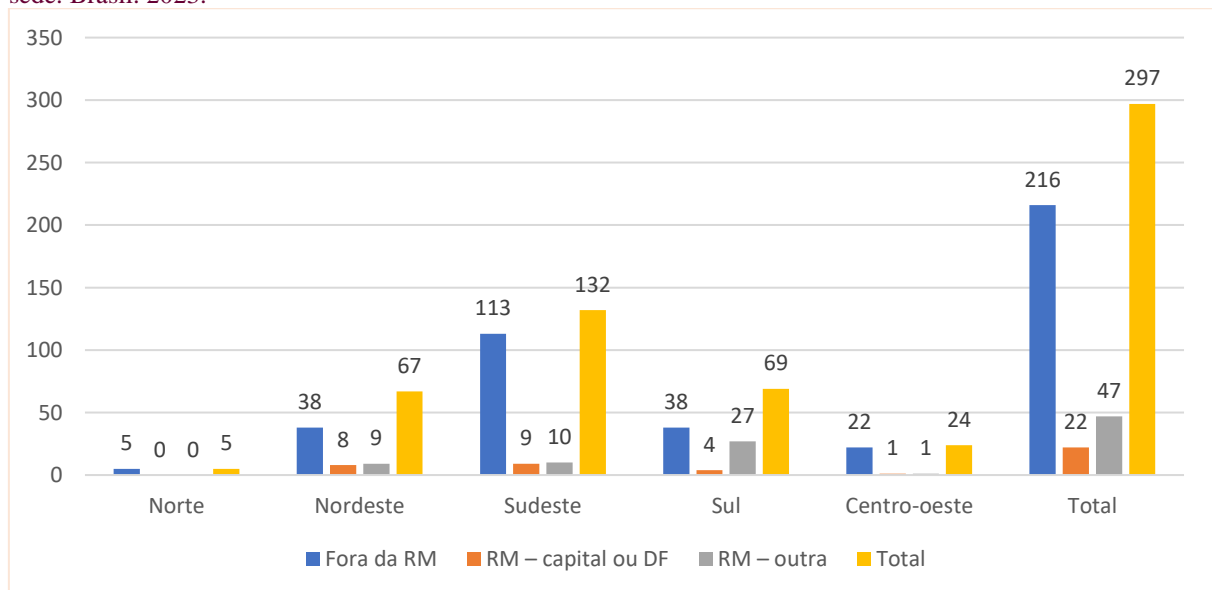
As Macrorregiões possuem a maioria dos CPIS concentradas em Recortes Metropolitanos classificados como Fora da Região Metropolitana. Em destaque, a Região Sul possui 27 CPIS na classificação de Outra Região Metropolitana.

Tabela 6. Distribuição dos CPIS por classificação dos Recortes Metropolitanos segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.

Macrorregião	Fora da RM	RM – capital ou DF	RM – outra	Total
Norte	5	0	0	5
Nordeste	38	8	9	67
Sudeste	113	9	10	132
Sul	38	4	27	69
Centro-oeste	22	1	1	24
Total	216 (72,7%)	22 (7,4%)	47 (15,8%)	297 (100,0%)

Fonte: elaboração própria.

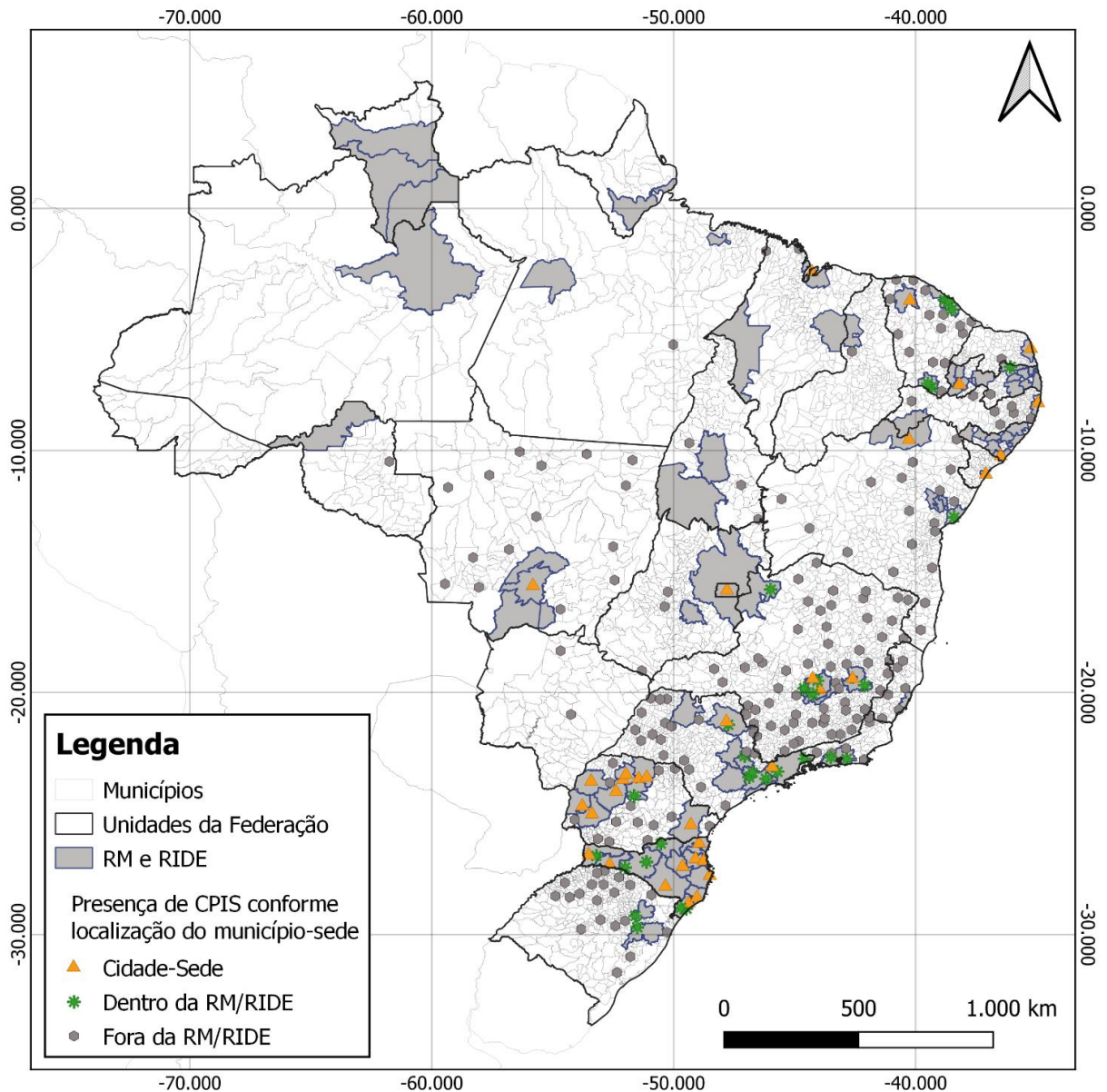
Gráfico 3. Distribuição dos CPIS por classificação dos Recortes Metropolitanos segundo localização do município-sede. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

O Mapa 3 apresenta a distribuição dos CPIS por Região Metropolitana e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), segundo o município-sede do consórcio, apontando aqueles que coincidem com o município-sede da RM e ainda os CPIS que estão sediados fora da RM. As cidades-sede de Regiões Metropolitanas que possuem CPIS somam 32. A maioria dos municípios-sede de CPIS estão localizados fora das Regiões Metropolitanas.

Mapa 3. Distribuição dos CPIS por Região Metropolitana e Região Integrada de Desenvolvimento segundo localização do Município-sede. Brasil, 2023.



Fonte: elaboração própria.

Seção 2. Características dos CPIS segundo porte e faixa populacional do Município-sede

A Tabela 7 e o Gráfico 4 apresentam as características dos CPIS segundo Porte Populacional do município-sede. A classificação dos municípios por porte é uma iniciativa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e estabelece que os municípios poderão ser classificados segundo sua base populacional, com o objetivo de auxiliar o planejamento de ações e políticas nesta área no Brasil. Os municípios classificados como Pequeno Porte I possuem até 20.000 habitantes; Pequeno Porte II, de 20.001 a 50.000 habitantes; Médio Porte, entre 50.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte, entre 101.000 e 900.000 habitantes; e Metrôpoles, corresponde municípios com mais de 900.000 habitantes.

Dentre os CPIS existentes no Brasil, 12,8% estão sediados em municípios de Pequeno Porte I, 21,5% em municípios de Pequeno Porte II, 25,6% em municípios de Médio Porte, 36% em municípios de Grande Porte e 4% em Metrôpoles.

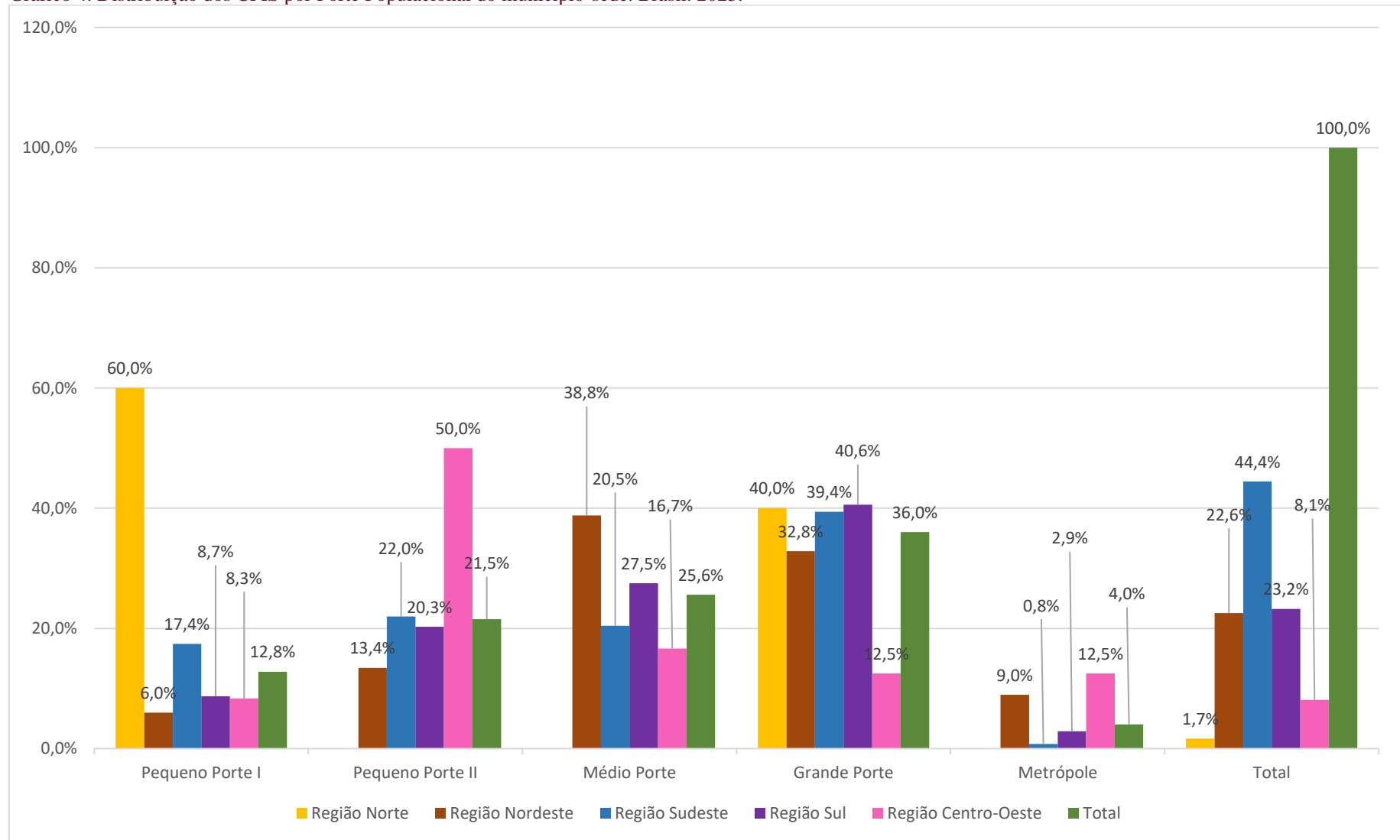
Observa-se uma variação do Porte Populacional dos municípios-sede entre as Macrorregiões do país. Na Região Norte, que dispõe de 1,7% dos CPIS do país, 60% dos municípios-sede são de Pequeno Porte I e 40% de Grande Porte. Na Região Nordeste, que concentra 22,6% dos CPIS, estes estão sediados em municípios de Médio Porte e Grande Porte, somando mais de 70%. Nas regiões Sudeste e Sul destaca-se a concentração de CPIS sediados em municípios de Grande Porte, de 39,4% e 40,6%, respectivamente. E na região Centro-Oeste, 50% dos CPIS estão sediados em municípios de Pequeno Porte II.

Tabela 7. Distribuição dos CPIS por Porte Populacional do município-sede. Brasil. 2023.

Macrorregião	N.º Pequeno Porte I	%	N.º Pequeno Porte II	%	N.º Médio Porte	%	N.º Grande Porte	%	N.º MetrÓpole	%	Total	%
Região Norte	3	60,0	0	0,0	0	0,0	2	40,0	0	0,0	5	1,7
Região Nordeste	4	6,0	9	13,4	26	38,8	22	32,8	6	9,0	67	22,6
Região Sudeste	23	17,4	29	22,0	27	20,5	52	39,4	1	0,8	132	44,4
Região Sul	6	8,7	14	20,3	19	27,5	28	40,6	2	2,9	69	23,2
Região Centro-Oeste	2	8,3	12	50,0	4	16,7	3	12,5	3	12,5	24	8,1
Total	38	12,8	64	21,5	76	25,6	107	36,0	12	4,0	297	100,0

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 4. Distribuição dos CPIS por Porte Populacional do município-sede. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

A Tabela 8 e os Gráficos 5 e 6 apresentam as características dos municípios-sede dos CPIS quanto à sua Faixa Populacional. Os municípios-sede de CPIS com até 5 mil habitantes contemplam 1,3% dos consórcios no país e os municípios-sede entre 50 e 100 mil habitantes correspondem a cerca de 25% dos CPIS.

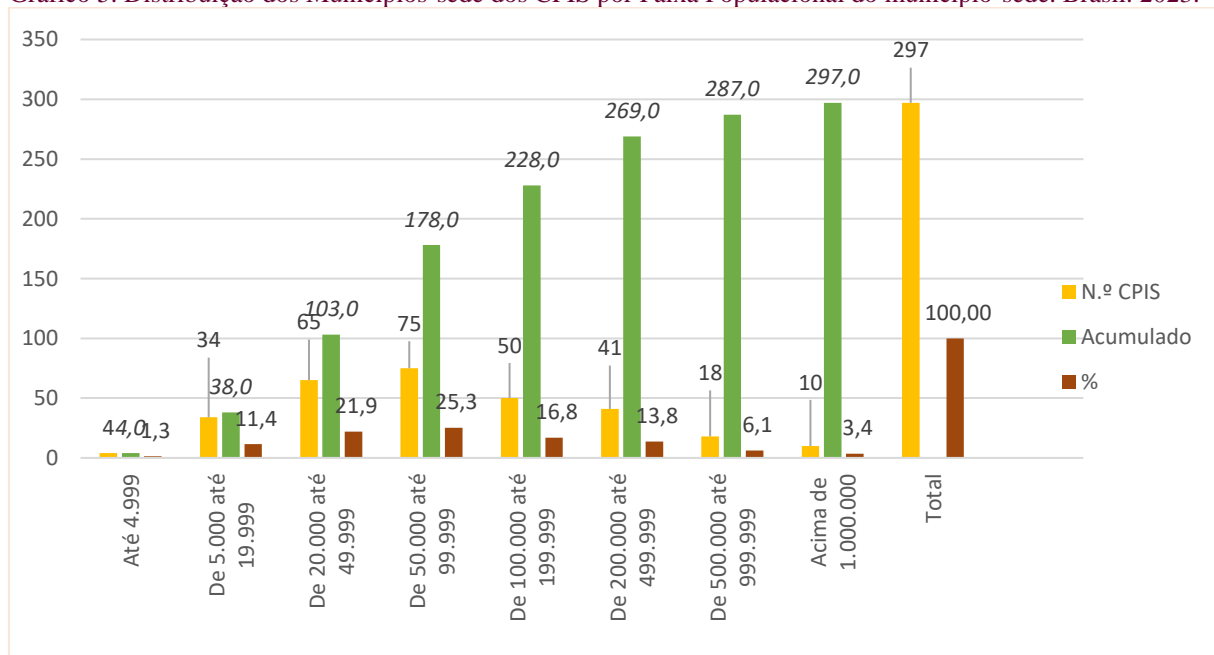
Cerca de 64% dos CPIS está sediado nas faixas com municípios de mais de 20 mil e menos de 200 mil habitantes. Além disso, menos de 20% possui sede em municípios entre 200 mil e 999.999 habitantes. Os CPIS com sede em municípios com Faixa Populacional acima de 1 milhão de habitantes representam 3,4% dos CPIS.

Tabela 8. Distribuição dos CPIS por faixa populacional do Município-sede. Brasil. 2023.

Faixa Populacional	N.º CPIS	Acumulado	%	% Acumulado
Até 4.999	4	4	1,3	1,3
De 5.000 até 19.999	34	38	11,4	12,7
De 20.000 até 49.999	65	103	21,9	34,6
De 50.000 até 99.999	75	178	25,3	59,9
De 100.000 até 199.999	50	228	16,8	76,7
De 200.000 até 499.999	41	269	13,8	90,5
De 500.000 até 999.999	18	287	6,1	96,6
Acima de 1.000.000	10	297	3,4	100,0
Total	297			100,0

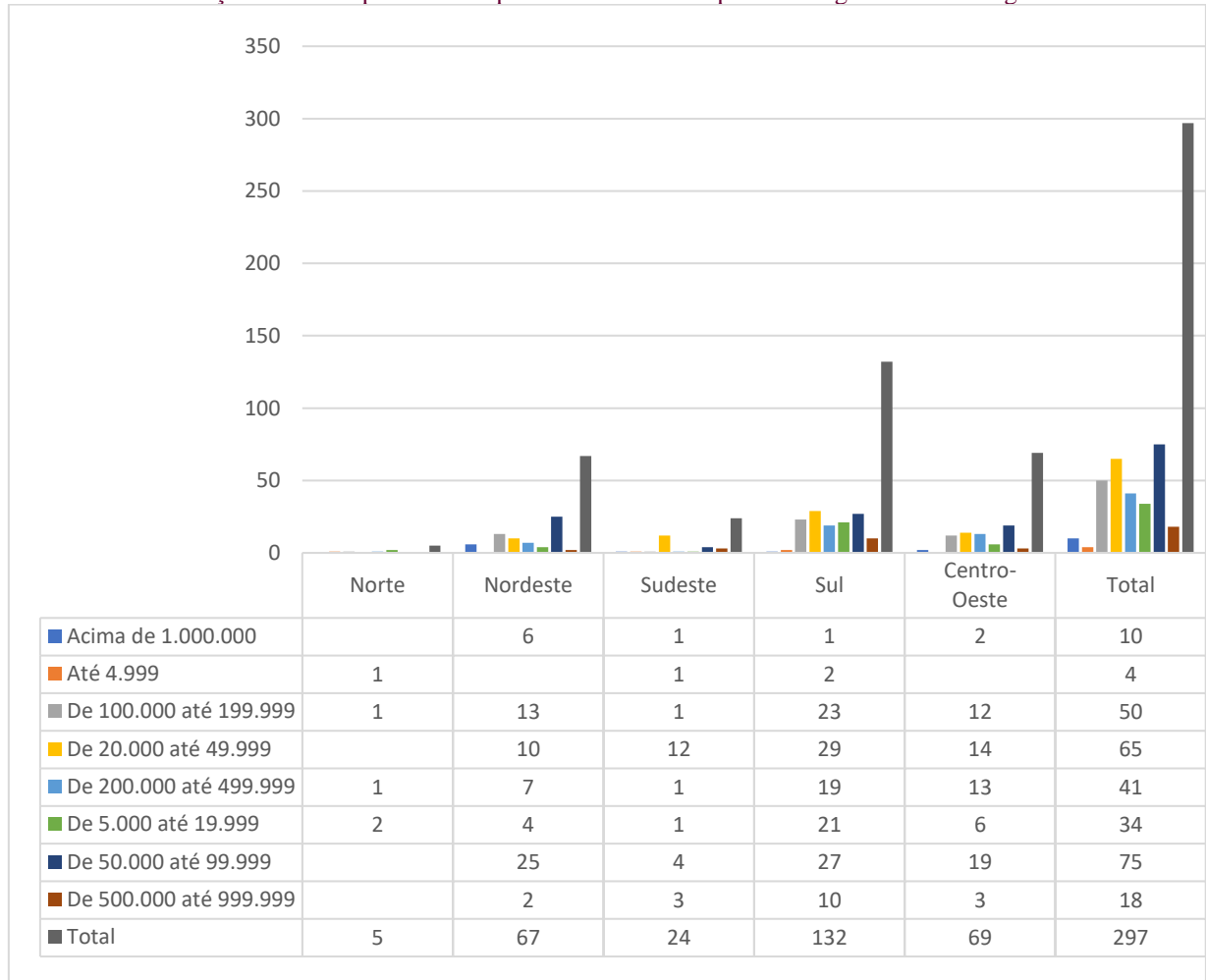
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 5. Distribuição dos Municípios-sede dos CPIS por Faixa Populacional do município-sede. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 6. Distribuição dos CPIS por Faixa Populacional do município-sede segundo Macrorregião. Brasil, 2023.



Fonte: elaboração própria.

Seção 3. Características dos Municípios consorciados e dos Consorciamentos

A Tabela 9 mostra os municípios consorciados e não consorciados por Macrorregião e UF. Somam 3767 (67,6% dos 5570) os municípios que participam de consórcios na saúde. A maior participação de municípios em CPIS encontra-se na Região Sul do Brasil, com 92% dos municípios existentes inseridos em consórcios de saúde. Em seguida, a Região Sudeste apresenta 80,5% dos municípios atuando em consórcios sanitários. As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte possuem cerca de 58%, 43% e 19% de seus municípios consorciados na finalidade de saúde, respectivamente.

Os estados de Minas Gerais e Paraná são destaques com mais de 99% de seus municípios consorciados. Os estados de Santa Catarina, Ceará e Mato Grosso tem mais de 95% e Espírito Santo e Rio Grande do Norte, mais de 90% dos municípios consorciados na saúde. De outro lado, os estados da Paraíba, Tocantins, Alagoas, Goiás, Pará e Piauí dispõem de menos de 30% dos municípios consorciados nesta finalidade (Gráfico 7).

Tabela 9. Distribuição dos Municípios consorciados e Municípios não consorciados por Estado e Macrorregião. Brasil. 2023.

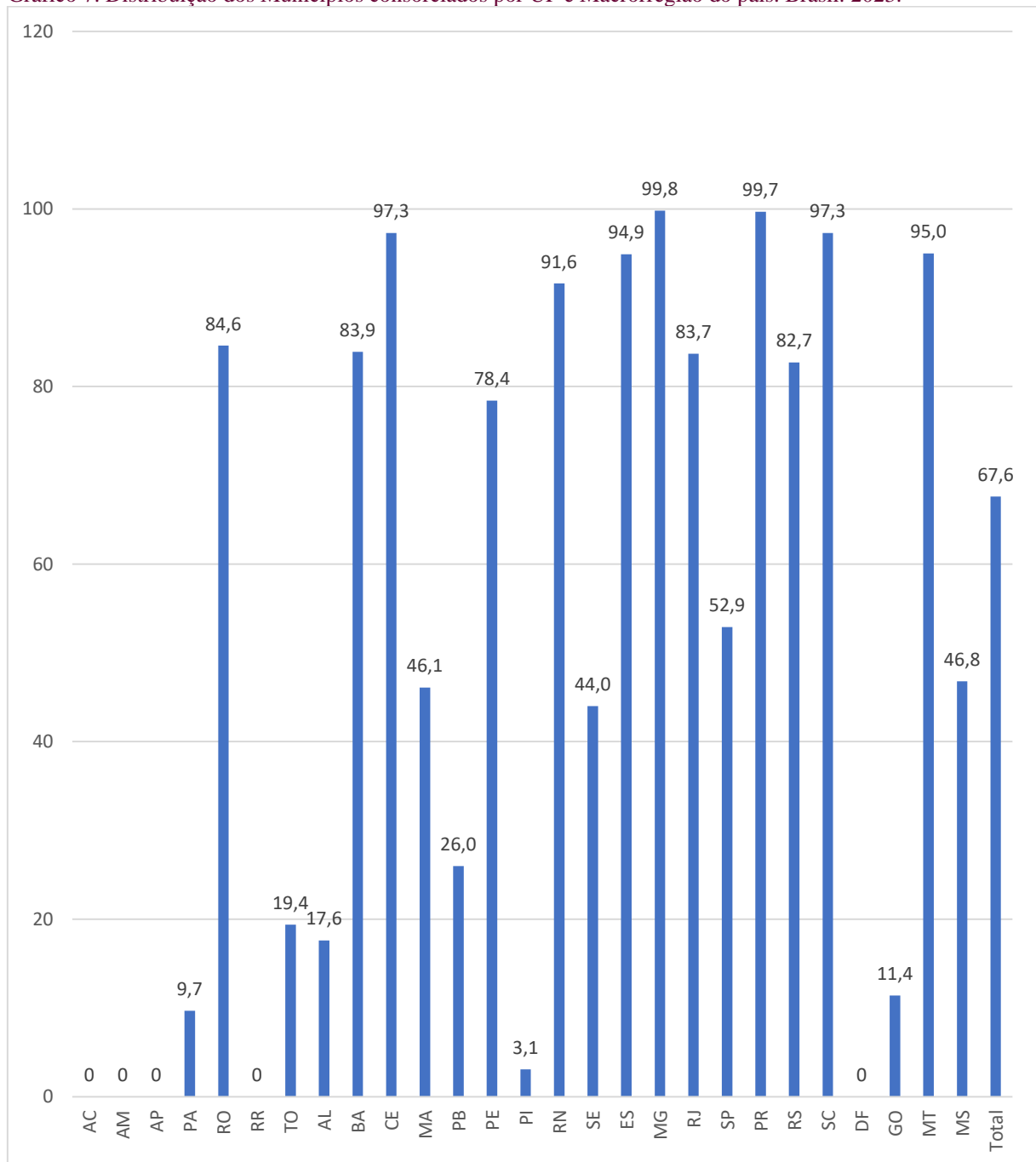
Macrorregião	UF	N.º Municípios	Base pop.	N.º CPIS	N.º Consorciamentos [1]	Municípios Consorciados			Municípios não consorciados		
						N.º	%	Base pop.	N.º	%	Base pop.
Norte	AC	22	906.876	0	-	0	0,0	0	22	100,0	906.876
	AM	62	4.269.995	0	-	0	0,0	0	62	100,0	4.269.995
	AP	16	877.613	0	-	0	0,0	0	16	100,0	877.613
	PA	144	8.777.124	1	15	14	9,7	377.286	130	90,3	8.399.838
	RO	52	1.815.278	1	44	44	84,6	1.470.198	8	15,4	345.080
	RR	15	652.713	0	-	0	0,0	0	15	100,0	652.713
	TO	139	1.607.363	3	27	27	19,4	148.910	112	80,6	1.458.453
<i>Subtotal</i>		<i>450</i>	<i>18.906.962</i>	<i>5</i>	<i>86</i>	<i>85</i>	<i>18,9</i>	<i>1.996.394</i>	<i>365</i>	<i>81,1</i>	<i>16.910.568</i>
Nordeste	AL	102	3.365.351	1	18	18	17,6	498.634	84	82,4	2.866.717
	BA	417	14.985.284	21	373	350	83,9	9.545.154	67	16,1	5.440.130
	CE	184	9.240.580	21	181	179	97,3	6.340.871	5	2,7	2.899.709
	MA	217	7.153.262	6	108	100	46,1	3.643.090	117	53,9	3.510.172
	PB	223	4.059.905	4	58	58	26,0	565.229	165	74,0	3.494.676
	PE	185	9.674.793	10	176	145	78,4	4.606.093	40	21,6	5.068.700
	PI	224	3.289.290	1	7	7	3,1	52.461	217	96,9	3.236.829
	RN	167	3.560.903	2	174	153	91,6	2.565.344	14	8,4	995.559
	SE	75	2.338.474	1	33	33	44,0	463.504	42	56,0	1.874.970
<i>Subtotal</i>		<i>1794</i>	<i>57.667.842</i>	<i>67</i>	<i>1128</i>	<i>1043</i>	<i>58,1</i>	<i>28.280.380</i>	<i>751</i>	<i>41,9</i>	<i>29.387.462</i>

(continua)

Sudeste	ES	78	4.108.508	6	91	74	94,9	2.307.059	4	5,1	1.801.449
	MG	853	21.411.923	87	2029	852	99,8	20.961.899	1	0,1	450.024
	RJ	92	17.463.349	9	95	77	83,7	9.358.711	15	16,3	8.104.638
	SP	645	46.649.132	30	427	341	52,9	14.649.006	304	47,1	32.000.126
<i>Subtotal</i>		<i>16689</i>	<i>89.632.912</i>	<i>132</i>	<i>2642</i>	<i>1344</i>	<i>80,5</i>	<i>47.276.675</i>	<i>324</i>	<i>19,4</i>	<i>42.356.237</i>
Sul	PR	399	11.597.484	31	1057	398	99,7	9.633.758	1	0,3	1.963.726
	RS	497	11.469.792	22	499	411	82,7	6.022.826	86	17,3	5.446.966
	SC	295	7.335.311	16	328	287	97,3	6.488.932	8	2,7	846.379
	<i>Subtotal</i>		<i>1191</i>	<i>30.402.587</i>	<i>69</i>	<i>1884</i>	<i>1096</i>	<i>92,0</i>	<i>22.145.516</i>	<i>95</i>	<i>8,0</i>
Centro-Oeste	DF	1	3.094.325	1	-	-	-	0	1	100,0	3.094.325
	GO	246	7.206.589	3	28	28	11,4	309.889	218	88,6	6.896.700
	MT	141	3.567.234	17	150	134	95,0	2.972.502	7	5,0	594.732
	MS	79	2.839.188	3	37	37	46,8	724.740	42	53,2	2.114.448
<i>Subtotal</i>		<i>467</i>	<i>16.707.336</i>	<i>24</i>	<i>215</i>	<i>199</i>	<i>42,6</i>	<i>4.007.131</i>	<i>268</i>	<i>57,4</i>	<i>12.700.205</i>
Total		5570	213.317.639	297	5955	3767	67,6	103.706.096	1803	32,4	109.611.543

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 7. Distribuição dos Municípios consorciados por UF e Macrorregião do país. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

A Tabela 10 apresenta a distribuição dos municípios consorciados por Região de Saúde e Macrorregião de Saúde. Esses municípios encontram-se distribuídos em 354 das 450 Regiões de Saúde (78,7%) e em 97 das 117 Macrorregiões de Saúde (82,9%). Os estados de Rondônia, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina dispõem de municípios consorciados em 100% das Regiões de Saúde. Apenas os estados do Pará, Paraíba, Piauí, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não dispõem de CPIS em 100% das Macrorregiões de Saúde.

Tabela 10. Distribuição dos Municípios consorciados dos CPIS por Região de Saúde e Macrorregião de Saúde. Brasil. 2023.

UF/Macrorregião	N.º CPIS	N.º Regiões de Saúde	c/ CPIS	%	%	N.º Macrorregiões de Saúde	c/ CPIS	%	%
AC	0	3	0	0,0	0,0	1	0	0,0	0,0
AM	0	9	0	0,0	0,0	3	0	0,0	0,0
AP	0	3	0	0,0	0,0	1	0	0,0	0,0
PA	1	13	2	15,4	15,4	4	1	25,0	20,0
RO	1	7	7	100,0	53,8	2	2	100,0	40,0
RR	0	2	0	0,0	0,0	1	0	0,0	0,0
TO	3	8	4	50,0	30,8	2	2	100,0	40,0
Norte	5	45	13	28,9	3,7	14	5	35,7	5,2
AL	1	10	5	50,0	5,0	2	2	100,0	6,9
BA	21	28	26	92,9	26,0	9	9	100,0	31,0
CE	21	22	21	95,5	21,0	5	5	100,0	17,2
MA	6	19	13	68,4	13,0	3	3	100,0	10,3
PB	4	16	7	43,8	7,0	3	2	66,7	6,9
PE	10	12	12	100,0	12,0	4	4	100,0	13,8
PI	1	11	1	9,1	1,0	4	1	25,0	3,4
RN	2	8	8	100,0	8,0	2	2	100,0	6,9
SE	1	7	7	100,0	7,0	1	1	100,0	3,4
Nordeste	67	133	100	75,2	28,2	33	29	87,9	29,9
ES	6	3	3	100,0	3,1	3	3	100,0	9,4

(continua)

MG	87	89	89	100,0	63,9	14	14	100,0	43,8
RJ	9	9	8	88,9	7,2	3	3	100,0	9,4
SP	30	63	50	79,4	25,8	17	15	88,2	37,5
Sudeste	132	164	150	91,5	41,3	35	35	100,0	36,1
PR	31	22	22	100,0	38,9	4	4	100,0	22,2
SC	16	17	17	100,0	25,9	7	7	100,0	38,9
RS	22	30	29	96,7	35,2	7	7	100,0	38,9
Sul	69	69	68	98,6	23	18	18	100,0	18,6
DF	1	1	-	-	-	2	-	-	-
GO	3	18	4	22,2	14,3	5	2	40,0	20,0
MS	3	4	3	75,0	4,8	4	3	75,0	30,0
MT	17	16	12	75,0	52,2	6	5	83,3	50,0
Centro-Oeste	24	39	19	48,7	5,3	17	10	58,8	10,3
Total	297	450	354	78,7	100,0	117	97	82,9	100,0

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 11 e o Gráfico 8 mostram os municípios que participam de mais de um CPIS, podendo ocorrer a participação em até 6 consórcios de saúde simultaneamente. Dentre os 3767 municípios consorciados, 1498 (39,7%) participam de mais de um CPIS.

Destes, 921 (61,5%) municípios participam em 2 CPIS, 479 (32%) em 3, 85 (5,7%) em 4 consórcios, 11 (menos de 1%) em 5 consórcios e 2 municípios (0,1%) estão inseridos em 6 consórcios públicos intermunicipais de saúde.

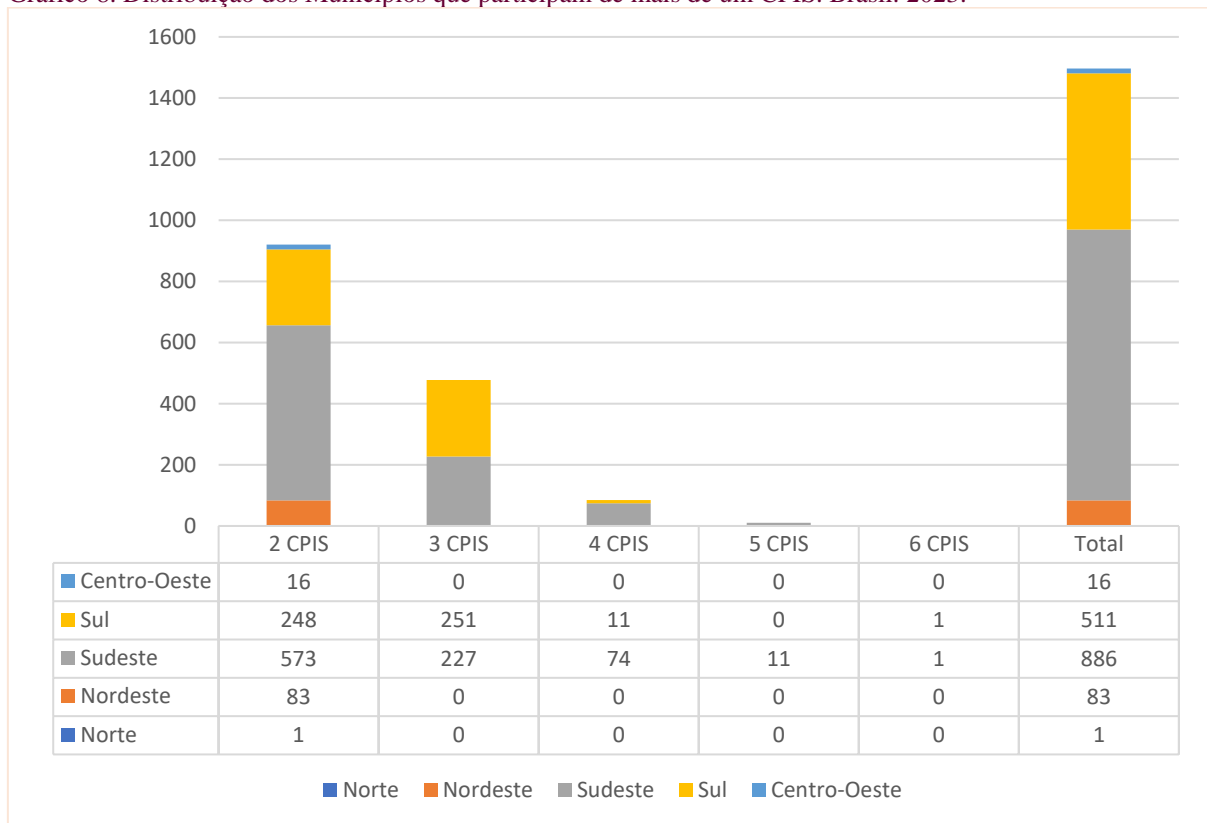
Os estados que se destacam são Minas Gerais e Paraná, que concentram a maioria dos municípios que participam em mais de 3 e até 6 consórcios (90,8 e 99,2, respectivamente). Os estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo dispõem de municípios integrantes de 3 CPIS. Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins não possuem municípios que participam de mais de um consórcio de saúde.

Tabela 11. Distribuição dos Municípios que participam de mais de um CPIS. Brasil. 2023.

Macrorregião	UF	Frequência de participação em CPIS					Total	Municípios consorciados	%
		2	3	4	5	6			
Norte	PA	1					1	14	7,1
<i>Subtotal</i>		<i>1</i>					<i>1</i>	<i>14</i>	<i>7,1</i>
Nordeste	BA	23					23	350	6,6
	CE	2					2	179	1,1
	MA	6	1				7	100	7,0
	PE	31					31	145	21,4
	RN	21					21	153	13,7
<i>Subtotal</i>		<i>83</i>	<i>1</i>				<i>84</i>	<i>927</i>	<i>9,1</i>
Sudeste	ES	17					17	74	23,0
	MG	470	218	74	11	1	774	852	90,8
	RJ	16	1				17	77	22,1
	SP	70	8				78	341	22,9
<i>Subtotal</i>		<i>573</i>	<i>227</i>	<i>74</i>	<i>11</i>	<i>1</i>	<i>886</i>	<i>1344</i>	<i>65,9</i>
Sul	PR	143	242	9		1	395	398	99,2
	RS	71	7	1			79	412	19,2
	SC	34	2	1			37	286	12,9
<i>Subtotal</i>		<i>248</i>	<i>251</i>	<i>11</i>		<i>1</i>	<i>511</i>	<i>1096</i>	<i>46,6</i>
Centro-Oeste	MT	16					16	134	11,9
<i>Subtotal</i>		<i>16</i>					<i>16</i>	<i>134</i>	<i>11,9</i>
Total		921 (61,5%)	479 (32,0%)	85 (5,7%)	11 (0,7%)	2 (0,1%)	1498 (39,7%)	3515 3767	93,3

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 8. Distribuição dos Municípios que participam de mais de um CPIS. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

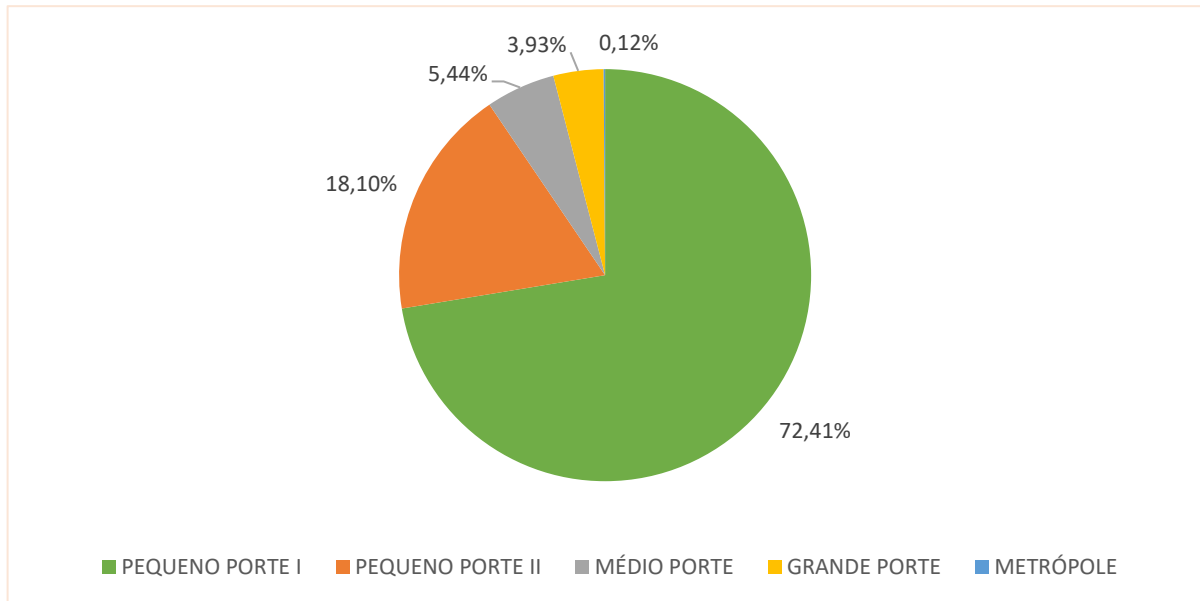
A Tabela 12 e o Gráfico 9 mostram o Porte Populacional dos municípios consorciados. Os consorciamentos dos municípios de Pequeno Porte I representam 72% do total e o Pequeno Porte II, 18%. Os demais envolvem municípios de Médio Porte, Grande Porte e Metrôpole e somaram menos de 10% dos consorciamentos no Brasil.

Tabela 12. Distribuição dos Consorciamentos por porte populacional dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.

Variável	N.º Consorciamentos	Acumulado	%	% Acumulado
Pequeno Porte I	4312	4312	72,4	72,4
Pequeno Porte II	1078	5390	18,1	90,5
Médio Porte	324	5714	5,4	96,0
Grande Porte	234	5948	3,9	99,9
Metrôpole	7	5955	0,1	100,0
Total	5955		100,0	

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 9. Distribuição dos Consorciamentos por porte populacional dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

A Faixa Populacional⁵ dos municípios consorciados são apresentados na Tabela 13 e no Gráfico 10. Os consorciamentos ocorrem mais frequentemente entre entes municipais da Faixa Populacional de 5 mil a 20 mil habitantes (47,8%) e cerca de 25% dos arranjos são de municípios com menos de 5 mil habitantes. Municípios de 20 a 49 mil habitantes representam 18% dos consorciamentos e as demais Faixas Populacionais somam cerca de 10%.

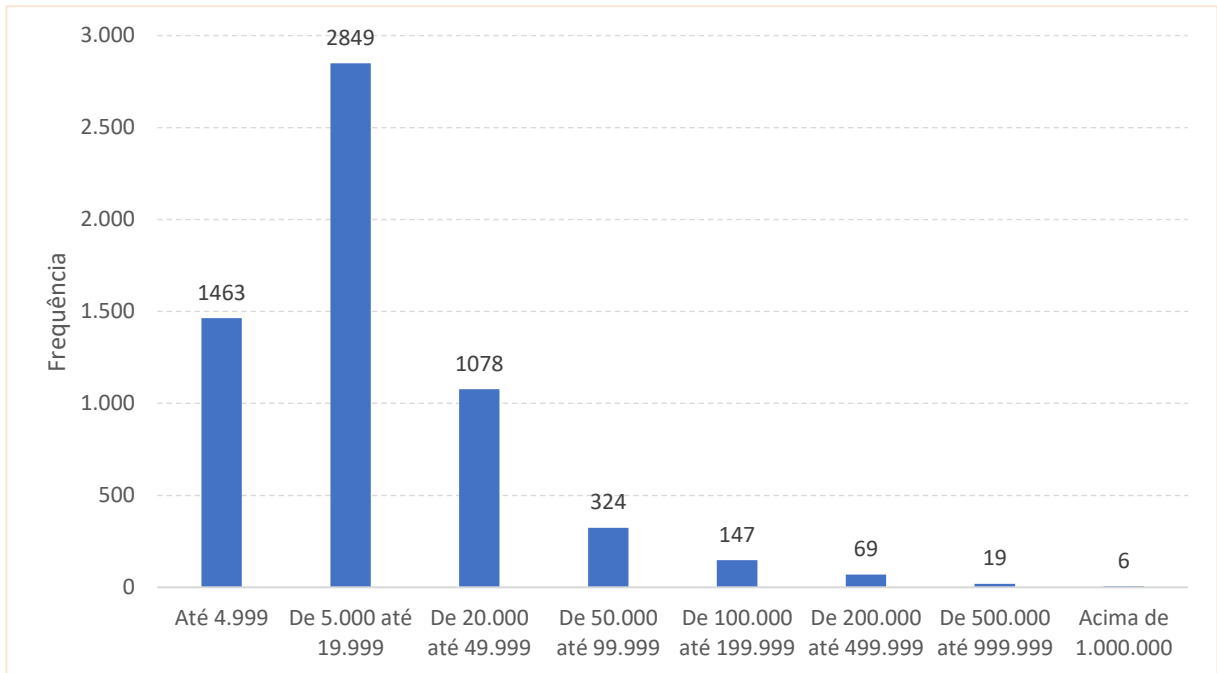
Tabela 13. Distribuição dos Consorciamentos por Faixa Populacional dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.

Variável	N.º Consorciamentos	Acumulado	%	% Acumulado
Até 4.999	1463	1463	24,6	24,6
De 5.000 até 19.999	2849	4312	47,8	72,4
De 20.000 até 49.999	1078	5390	18,1	90,5
De 50.000 até 99.999	324	5714	5,4	96,0
De 100.000 até 199.999	147	5861	2,5	98,4
De 200.000 até 499.999	69	5930	1,2	99,6
De 500.000 até 999.999	19	5949	0,3	99,9
Acima de 1.000.000	6	5955	0,1	100,0
Total	5955		100,0	

Fonte: elaboração própria.

⁵ A base populacional utilizada para a organização da faixa populacional foi agrupada a partir da estimada pelo IBGE para o Tribunal de Contas da União do exercício de 2021.

Gráfico 10. Distribuição dos CPIS por Faixa Populacional dos consorciamentos. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

A Tabela 14 e os Gráficos 11 e 12 mostram a distribuição dos consorciamentos por Grau de Urbanização⁶. Cerca de 59% dos consorciamentos são de municípios classificados como Rural Adjacente, 23,8% são Urbanos e 13,4% são Intermediários Adjacentes. Os consorciamentos classificados como Intermediário Remoto e como Rural Remoto somam 3,3% do total.

Na análise individualizada por Macrorregião do país, os consorciamentos de municípios Rurais Adjacentes representam 66,2% do total da Região Sul, 64,1% da Região Nordeste, 54,4% do Sudeste, 44,2% da Região Norte e 31,6% do Centro-Oeste. Os consorciamentos de municípios classificados como Urbanos representam 28,7% dos municípios da Região Sudeste, 22,2% da Região Sul, 21,4% do Centro-Oeste, 16,2% do Nordeste e 15,1% dos municípios consorciados da Região Norte. Em destaque aos

⁶ O IBGE classifica os espaços urbanos e rurais no Brasil, no intuito de demonstrar o grau de urbanização dos territórios municipais e subsidiar o planejamento e a gestão das políticas públicas. A classificação é organizada em cinco (5) níveis: Rural Remoto, Rural Adjacente, Intermediário Remoto, Intermediário Adjacente E Urbano. Para acessar a publicação intitulada Proposta de classificação dos espaços rurais e urbanos no Brasil: tipologia municipal do IBGE do ano de 2017, acesse: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Considerando a população brasileira em 2010 segundo dados do IBGE, 70% da população se encontrava em territórios predominantemente Urbanos, correspondendo a 26% dos municípios brasileiros. Os municípios Rurais Remotos representavam 5,8 e os rurais adjacentes, 54,6%.

consorciamentos de municípios Rurais Remotos, na Região Norte eles representam 26,7% do total nesta região e 34,4% da Região Centro-Oeste.

Tabela 14. Distribuição dos Consorciamentos por Grau de Urbanização. Brasil. 2023.

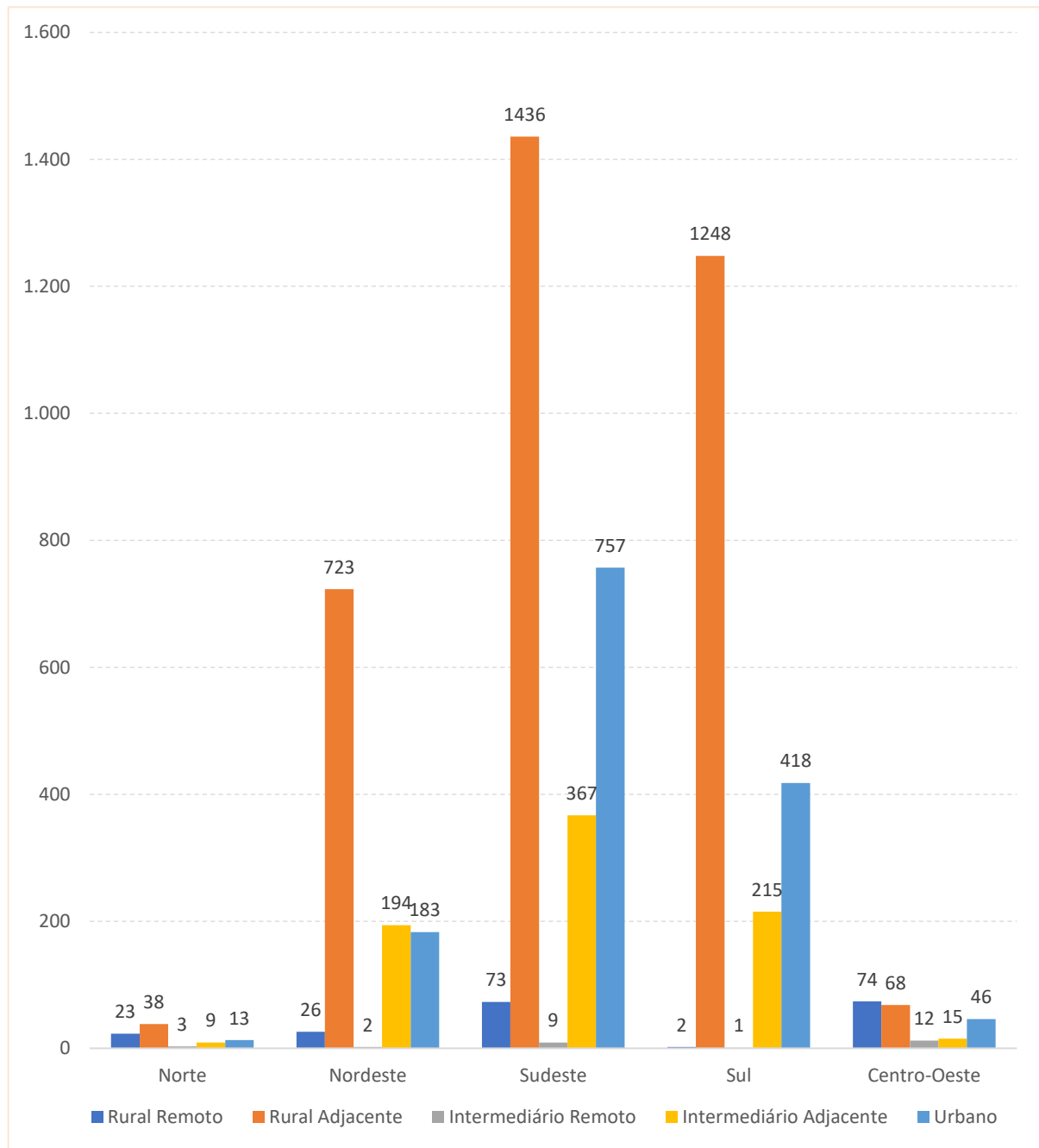
Macrorregião	Variável	N.º de Consor- ciamentos	Acumulado	%	% Acumulado
Norte	Rural remoto	23	23	26,7	26,7
	Rural adjacente	38	61	44,2	70,9
	Intermediário remoto	3	64	3,5	74,4
	Intermediário adjacente	9	73	10,5	84,9
	Urbano	13	86	15,1	100,0
<i>Subtotal</i>		86		1,4	
Nordeste	Rural remoto	26	26	2,3	2,3
	Rural adjacente	723	749	64,1	66,4
	Intermediário remoto	2	751	0,2	66,6
	Intermediário adjacente	194	945	17,2	83,8
	Urbano	183	1128	16,2	100,0
<i>Subtotal</i>		1128		18,9	
Sudeste	Rural remoto	73	73	2,8	2,8
	Rural adjacente	1436	1509	54,4	57,1
	Intermediário remoto	9	1518	0,3	57,5
	Intermediário adjacente	367	1885	13,9	71,4
	Urbano	757	2642	28,7	100,0
<i>Subtotal</i>		2642		44,4	
Sul	Rural remoto	2	2	0,1	0,1
	Rural adjacente	1248	1250	66,2	66,4
	Intermediário remoto	1	1251	0,1	66,4
	Intermediário adjacente	215	1466	11,4	77,8
	Urbano	418	1884	22,2	100,0
<i>Subtotal</i>		1884		31,6	
Centro-Oeste	Rural remoto	74	74	34,4	34,4
	Rural adjacente	68	142	31,6	66,1
	Intermediário remoto	12	154	5,6	71,6
	Intermediário adjacente	15	169	7,0	78,6
	Urbano	46	215	21,4	100,0
<i>Subtotal</i>		215		3,6	

(continua)

Brasil	Rural remoto	198	198	3,3	3,3
	Rural adjacente	3513	3711	58,9	62,3
	Intermediário remoto	27	3738	0,5	62,8
	Intermediário adjacente	800	4538	13,4	76,2
	Urbano	1417	5955	23,8	100,0
Total		5955		100,0	

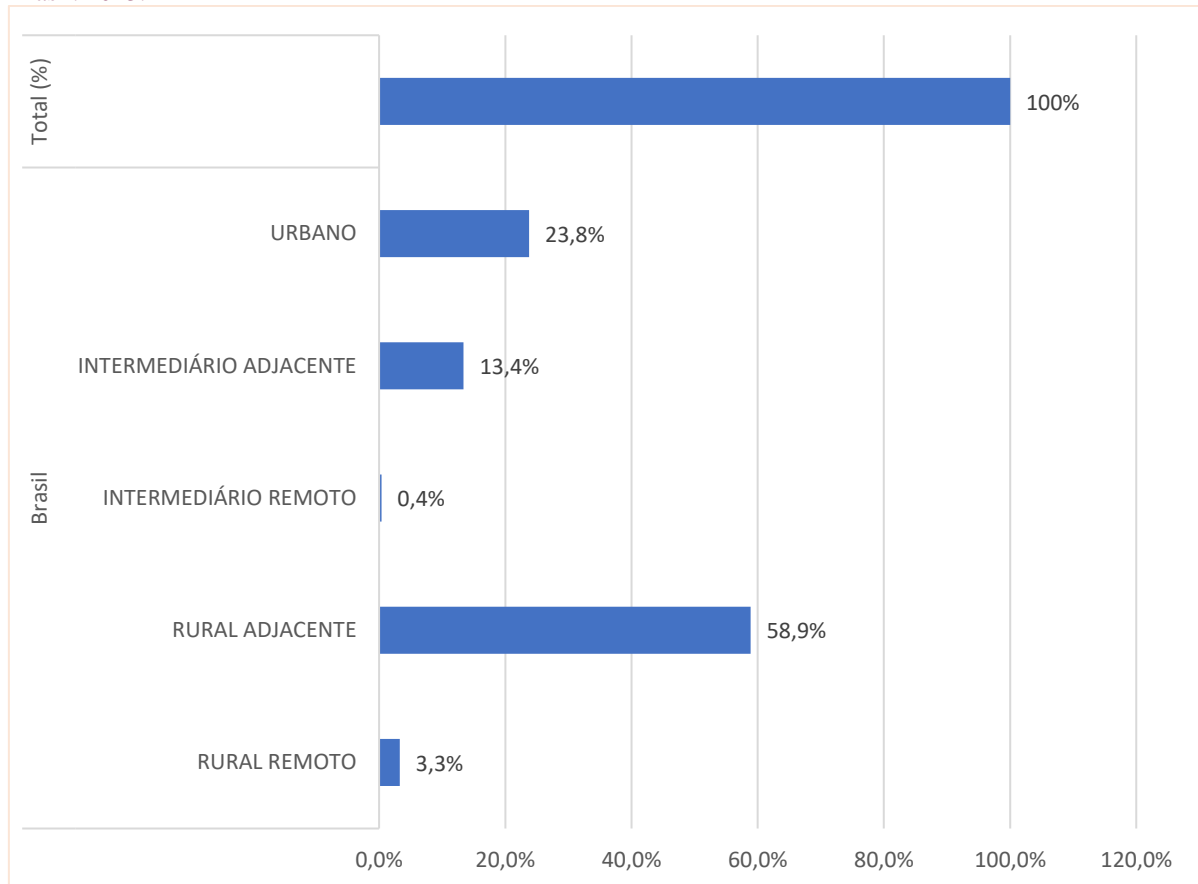
Fonte: elaboração própria.

Gráfico 11. Distribuição dos Consorciamentos por Grau de Urbanização dos municípios consorciados. Brasil.



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 12. Distribuição dos Consorciamentos por Tipologia dos Municípios consorciados por Macrorregião. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

As Tabelas 15 e o Gráfico 13 mostram a organização por Classe de Hierarquia Urbana realizada pelo IBGE, que reflete o grau de subordinação, influência e intensidade dos variados fluxos existentes entre essas cidades. A maior dimensão hierárquica nessa organização é a Grande Metrópole Nacional, seguida da Metrópole nacional e da Metrópole. A seguir, a hierarquia aponta para Capitais Regionais, Centros sub-regionais A e B, Centros de Zona A e B e, por fim, os Centros Locais.

Dentre os 5955 consorciamentos existentes, apenas uma (1) metrópole⁷ participa desses CPIS. O tipo Centro Local representa cerca de 75% dos consorciamentos. As Capitais Regionais somam 1,3% dos arranjos, Centros de Zona somam 7,8% e Centros Sub-regionais, 6,2%.

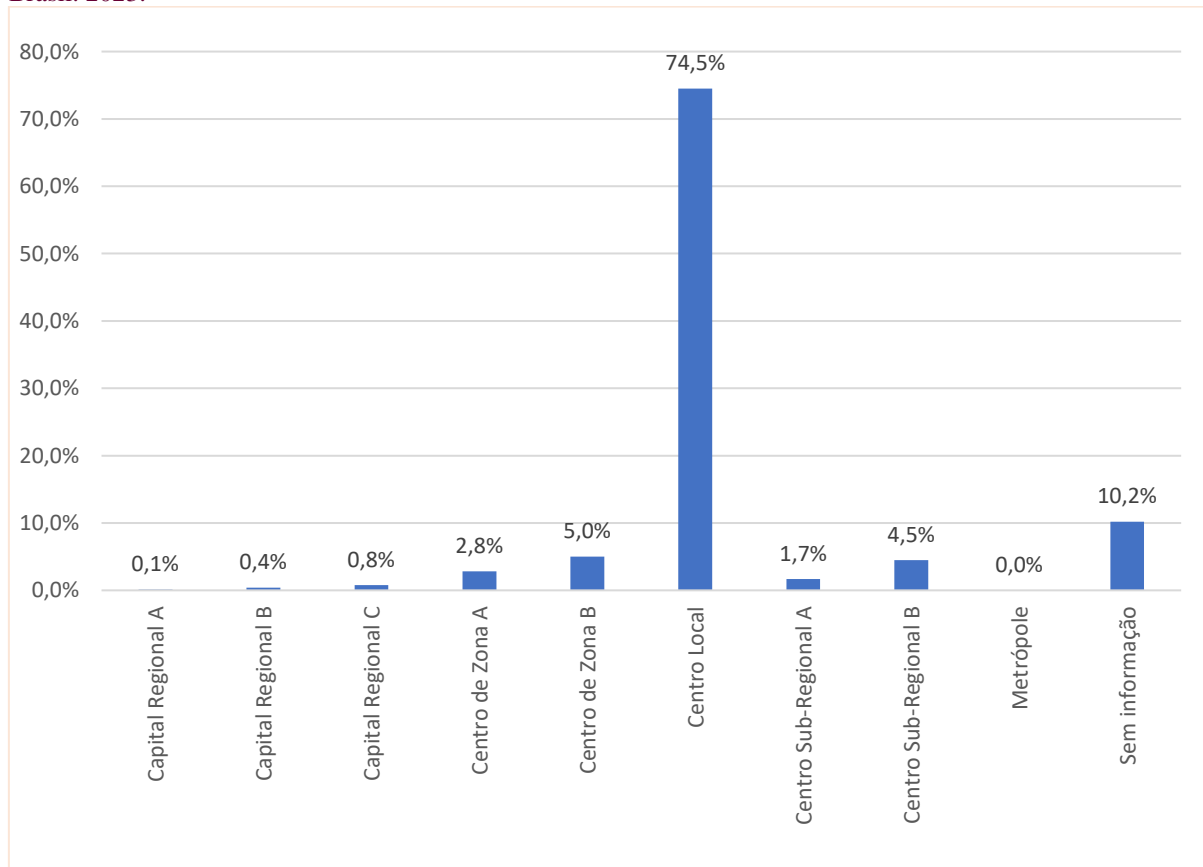
⁷ Segundo o IBGE, as metrópoles possuem nível regional. No Brasil estão distribuídas 12 metrópoles em todas as regiões, quais sejam: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Manaus, Salvador, Recife, Fortaleza, Goiânia, Florianópolis, Vitória e Campinas (IBGE, 2018).

Tabela 15. Distribuição dos Consorciamentos por classe de hierarquia dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.

Variável	N.º Consorciamentos	Acumulado	%	% Acumulado
Capital Regional A	6	6	0,1	0,1
Capital Regional B	23	29	0,4	0,5
Capital Regional C	49	78	0,8	1,3
Centro de Zona A	164	242	2,8	4,1
Centro de Zona B	295	537	5,0	9,0
Centro Local	4436	4973	74,5	83,5
Centro Sub-Regional A	101	5074	1,7	85,2
Centro Sub-Regional B	267	5341	4,5	89,7
Metrópole	1	5342	0,0	89,7
Sem informação	613	5955	10,2	100,0
Total	5955		100,0	

Fonte: elaboração própria.

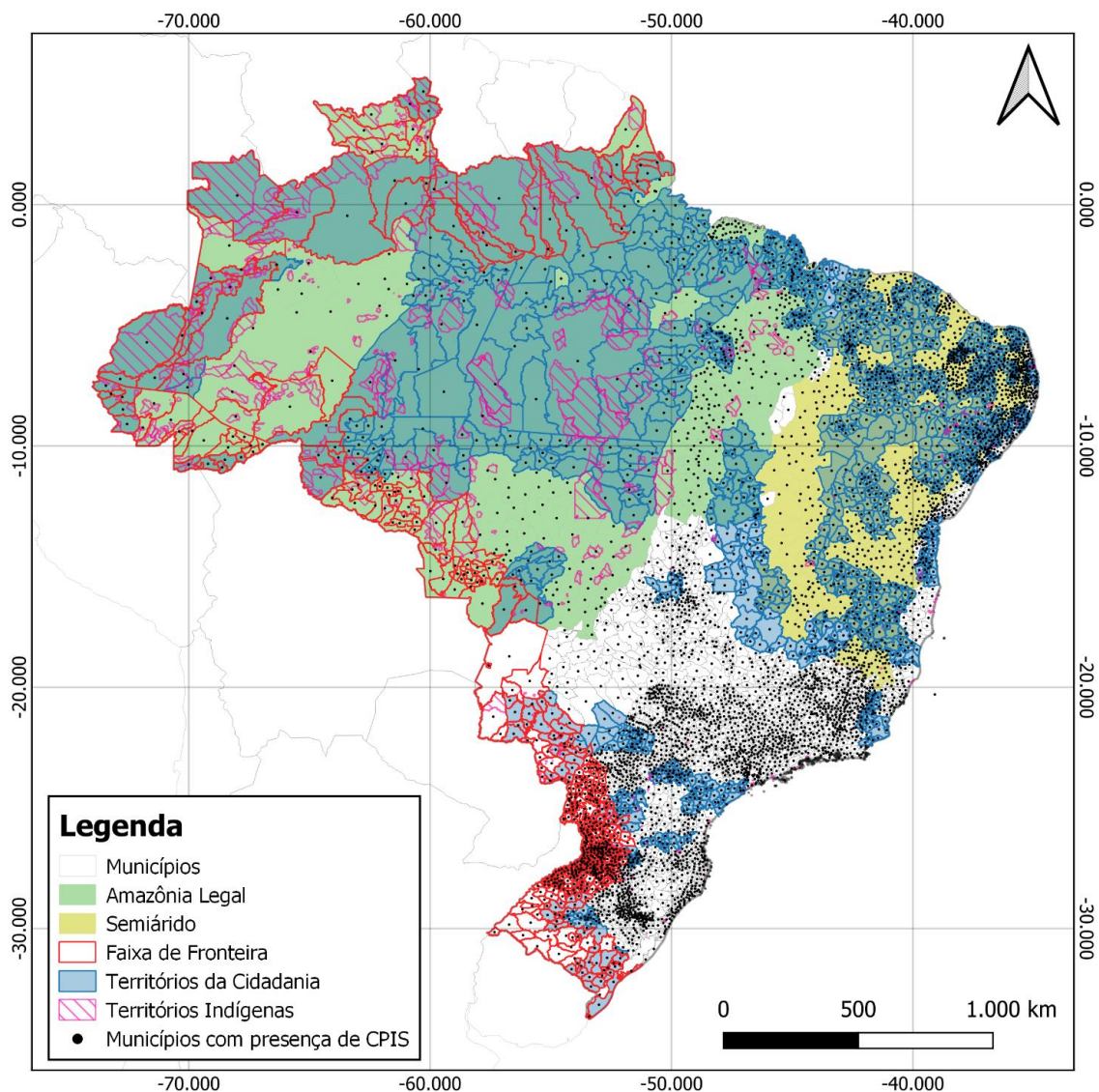
Gráfico 13. Distribuição dos Consorciamentos por Classe de Hierarquia Urbana dos Municípios consorciados. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

Outras características que influenciam na organização dos territórios constam do Mapa 4 e demonstram o estabelecimento de CPIS, a partir de seus municípios consorciados estabelecidos na Região Amazônica, no Semiárido, nas Faixas de Fronteira, Zonas de Fronteira, territórios de Extrema pobreza, Territórios da Cidadania (TERCID) e Territórios Indígenas (DSEI). São 295 municípios consorciados na Região Amazônica (7,8% do total), 763 no Semiárido (20,3%), 444 nas Faixas de Fronteira (11,8%), 59 nas Zonas de Fronteira (1,6%), 1064 nos territórios de Extrema pobreza (28,2%), 82 nos Territórios Indígenas (DSEI) (2,2%) e 1150 nos Territórios da Cidadania (TERCID) (30,5%).

Mapa 4. Distribuição dos Municípios consorciados no Brasil por características territoriais. Brasil. 2023.



Fonte: elaboração própria.

Notas:

1. As características territoriais que identificam municípios da Região Amazônica, Semiárido, Faixa de Fronteira, Zona de Fronteira e municípios em regiões de Extrema Pobreza são oriundas das bases de dados Tabnet/DATASUS/MS.
2. As características dos municípios coincidentes com Territórios da Cidadania e Territórios Indígenas foram coletadas a partir das bases oficiais do IBGE.

Referências

_____. BRASIL. Lei Nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 07 abr. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm. Acesso em: jan.2023.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399 de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Ministério da Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html. Acesso em: jan.2023.

_____. BRASIL. Decreto Federal Nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamenta a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6017.htm. Acesso em: jan.2023.

Peres, Janaina Lopes Pereira, Adriano, Henrique Soares Rabelo, Seraphim, Ana Paula Albuquerque Campos Costalonga, Olalquiaga, Amanda Alves. O Estatuto da Metrópole e as regiões metropolitanas: uma análise teórico--conceitual à luz do conceito miltoniano de “território usado”. *Cadernos Metrópole*, 2018, 20(41), 267–288. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4113>. Acesso em: jun. 2023.

Apêndices

Apêndice 1 – Matriz de Análise de Indicadores

Apêndice 2 - CPIS por Município-sede nas Macrorregiões e Estados. Brasil. 2023.

Apêndice 1. Matriz de Análise de Indicadores

1. Como os consórcios se diferenciam em relação ao porte populacional e faixa de população no que se refere ao município onde estão sediados? Considerar a localização do município sede.
2. Como os consórcios se diferenciam em relação ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde? Considerar existência de cadastro pelo consórcio, tipo de estabelecimento cadastrado no CNES, característica do estabelecimento do cadastro (mantenedor ou prestador) e gestão.
3. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação à sua faixa populacional e porte?
4. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação ao seu % de gasto próprio em saúde?
5. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação às condições socioeconômicas municipais? Considerar PIB, classe de hierarquia, índice de atração de baixa e média complexidade, índice de atração de alta complexidade, índice de atração temática para a saúde de baixa e média complexidade, índice de atração temática de alta complexidade para a saúde, classe de centralidade e classe de complexidade.
6. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação aos estabelecimentos de saúde existentes em seus territórios estaduais? Considerar estabelecimentos de saúde em geral, hospitais especializados, SADT e ambulatórios existentes nos municípios consorciados.
7. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação à sua taxa de mortalidade e número de leitos hospitalares?
8. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação à organização da atenção básica? Considerar tipo de equipe, eAP homologadas, eSF homologadas, soma dos cadastros vinculados aos municípios consorciados e resultado da soma dos indicadores do Previnde Brasil no 2º quadrimestre de 2022 (Soma dos indicadores: 1. Pré-Natal (6 consultas); 2. Pré-Natal (Sífilis e HIV). 3. Gestantes Saúde Bucal. 4. Cobertura Citopatológico. 5. Cobertura Pólio e Penta. 6. Hipertensão (PA Aferida). 7. Diabetes (Hemoglobina Glicada). Referência Brasil: 242. Referência UF (campo específico).
9. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação ao financiamento da AB? Considerar a soma do orçamento Previnde Brasil dos municípios consorciados.
10. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação ao FPM? Considerar a soma do FPM dos municípios consorciados.
11. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação às transferências federais para média e alta complexidade (MAC)? Considerar a soma do valor de transferência MAC para os municípios consorciados. Comparar com o orçamento total do consórcio. Comparar com o recurso de transferência MAC próprio do estado. Comparar com o recurso de transferência MAC dos municípios centralizado no estado.
12. Como se caracterizam os municípios que compõem os consórcios em relação à sua participação em mais de um consórcio público de saúde?
13. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à data de criação? Considerar data de criação do consórcio.
14. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua organização administrativa? Considerar adequação à Lei de Consórcios Públicos, finalidade, natureza jurídica, existência de página oficial, tipo de consórcio (vertical, horizontal), membros (município, estado, união) e partícipes (entre pares, bipartite ou tripartite).
15. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua organização diretiva? Considerar a organização, funções e frequência da Assembleia Geral.
16. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua vinculação com os gestores de saúde? Considerar a participação dos secretários municipais e estaduais de saúde na Assembleia Geral do consórcio como membro efetivo ou convidado. Considerar a existência de conselho técnico, curador ou câmara técnica, bem como o papel deste conselho (se houver), membros e frequência das reuniões.
17. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua fiscalização interna? Considerar existência de conselho fiscal, seu papel, frequência e membros.
18. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à instância regional de saúde do território? Considerar coincidência de sua organização com a Região de Saúde.
19. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à organização política municipal do território? Considerar coincidência de sua organização com a Associação de Municípios.
20. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à participação às instâncias de deliberação regional e estadual do SUS? Considerar sua participação na CIR e CIB.

21. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à participação junto ao Planejamento Regional Integrado? Considerar forma de participação nas atividades do PRI.
22. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua sede para execução de serviços (sede própria, contratado, contratado do ente, mista com sede própria ou mista sem sede própria, sede pública do ente, sede do contratado do ente, teleatendimento).
23. Como os consórcios respondentes se diferenciam em relação à escolha do presidente. Considerar características do município do presidente (faixa de população, porte populacional e sede de região metropolitana).
24. Como os consórcios respondentes se diferenciam em relação ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde? Considerar a data de cadastro do CNES em relação à data de criação do consórcio.
25. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação aos programas de interesse comum realizados? Considerar projeto/atividades e programas executados e o local de execução (em sede ou fora da sede própria).
26. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação ao contrato de rateio? Considerar forma de rateio, ações administrativas contempladas, ações de saúde contempladas, valor de contribuição per capita e fixa.
27. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à produção geral de serviços de saúde? Considerar quantitativo geral produzido e quantidade de consultas especializada, diagnose em geral, cirurgias ambulatoriais, cirurgias hospitalares e plantões de urgência e emergência produzidos.
28. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua rotina de apresentação ao Ministério da Saúde por meio do SIA?
29. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação ao quantitativo e ao montante financeiro apresentado nos sistemas de informação ministeriais? Comparar o quantitativo apresentando com o quantitativo total produzido e o montante financeiro com as despesas de ASPS do consórcio.
30. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à sua rotina de apresentação ao Ministério da Saúde por meio do SIH? Considerar consórcios que produzem ou não serviços hospitalares e rotina de apresentação ao SIH.
31. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação ao dimensionamento das despesas? Considerar percentual de despesas com pessoal, manutenção e ASPS, em relação ao orçamento total do consórcio.
32. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à adoção de tabela pública de valores? Considerar existência de tabela própria de valores.
33. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação à composição de suas receitas? Considerar transferências municipais, estadual e federal para o consórcio. Comparar soma da receita tributária dos municípios consorciados e o valor do FPM ao valor de transferência municipal para o consórcio. Comparar valor do FPE dos estados ao valor de transferência aos consórcios respondentes no estado. Comparar os recursos MAC dos municípios sob gestão do estado com o valor de transferência aos consórcios respondentes no estado.
34. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação às mudanças ocorridas nos consórcios após a adequação à Legislação Federal de Consórcios (Lei Federal 11.107/2005 e Decreto Federal 6017/2007)?
35. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação ao dimensionamento de pessoal próprio vinculado? Considerar número de vagas e vagas preenchidas em cargos comissionados de livre nomeação e em empregos públicos.
36. Como os consórcios respondentes se caracterizam em relação às formas de provimento de sua força de trabalho?

Dimensionamento geográfico e territorial:

- a) Como os consórcios estão organizados em relação à sua localização espacial? Considerar distribuição sobreposta nas Região de Saúde, Macrorregião de Saúde, Recorte Metropolitano, Região Imediata e Intermediária de Articulação Urbana, UF, Macrorregião do país.
- b) Como os consórcios estão organizados em relação à sua classificação geográfica? Considerar composição e pertencimento à Região Amazônica, Semiárido, Faixa de Fronteira, Zona de Fronteira, Extrema pobreza, Territórios da Cidadania (TERCID) e Territórios Indígenas (DSEI).

Apêndice 2. CPIS por Município-sede nas Macrorregiões e Estados. Brasil. 2023.

Macrorregião	Município-sede	N.º CPIS
Norte	110012 Ji-Paraná	1
	150420 Marabá	1
	170040 Almas	1
	170555 Combinado	1
	170710 Divinópolis do Tocantins	1
Nordeste	210197 Boa Vista do Gurupi	1
	210370 Cururupu	1
	211130 São Luís	4
	220020 Água Branca	1
	230020 Acaraú	1
	230110 Aracati	1
	230190 Barbalha	1
	230210 Baturité	1
	230250 Brejo Santo	1
	230260 Camocim	1
	230280 Canindé	1
	230370 Caucaia	1
	230410 Crateús	1
	230420 Crato	1
	230540 Icó	1
	230550 Iguatu	1
	230640 Itapipoca	1
	230760 Limoeiro do Norte	1
	230765 Maracanaú	1
	230960 Pacajus	1
	231130 Quixadá	1
	231180 Russas	1
	231290 Sobral	1
	231330 Tauá	1
	231340 Tianguá	1
	240310 Currais Novos	1
	240810 Natal	1
	250510 Cuité	1
	250700 Itaporanga	1
	251630 Sumé	2
	260010 Afogados da Ingazeira	1
	260030 Agrestina	1
	260410 Caruaru	1
	260570 Floresta	1
	260600 Garanhuns	1
	260990 Ouricuri	1
261090 Pesqueira	1	
261160 Recife	2	
261190 Rio Formoso	1	
270670 Penedo	1	
280030 Aracaju	1	
290070 Alagoinhas	2	
290320 Barreiras	1	
291072 Eunápolis	1	
291170 Guanambi	1	
291460 Irecê	1	
291470 Itaberaba	1	
291480 Itabuna	1	
291750 Jacobina	1	
291800 Jequié	1	
291840 Juazeiro	1	
292400 Paulo Afonso	1	

	292660	Ribeira do Pombal	1
	292810	Santa Maria da Vitória	1
	292870	Santo Antônio de Jesus	1
	293010	Senhor do Bonfim	1
	293050	Serrinha	1
	293070	Simões Filho	1
	293135	Teixeira de Freitas	1
	293290	Valença	1
	293330	Vitória da Conquista	1
Sudeste	310020	Abaeté	1
	310090	Águas Formosas	1
	310160	Alfenas	1
	310170	Almenara	1
	310340	Araçuai	2
	310450	Arinos	1
	310490	Baependi	1
	310560	Barbacena	2
	310620	Belo Horizonte	1
	310690	Bicas	1
	310730	Bocaiúva	1
	310860	Brasília de Minas	1
	311330	Carangola	1
	311340	Caratinga	2
	311510	Cássia	1
	311750	Conceição do Mato Dentro	1
	311830	Conselheiro Lafaiete	1
	312090	Curvelo	1
	312160	Diamantina	1
	312230	Divinópolis	2
	312670	Francisco Sá	1
	312770	Governador Valadares	2
	312800	Guanhães	1
	312870	Guaxupé	1
	313130	Ipatinga	2
	313170	Itabira	1
	313240	Itajubá	1
	313470	Jacinto	1
	313510	Janaúba	2
	313520	Januária	2
	313620	João Monlevade	1
	313670	Juiz de Fora	3
	313750	Lagoa Formosa	1
	313820	Lavras	1
	313840	Leopoldina	1
	313880	Luz	1
	313930	Manga	1
	313960	Mantena	1
	314110	Matozinhos	1
	314330	Montes Claros	4
	314390	Muriaé	2
	314400	Mutum	1
	314430	Nanuque	1
	314710	Pará de Minas	1
	314790	Passos	1
	314800	Patos de Minas	1
	314810	Patrocínio	1
	315120	Pirapora	1
	315150	Piumhi	1
	315180	Poços de Caldas	1
	315210	Ponte Nova	1
	315430	Resplendor	1

	315440	Ressaquinha	1
	315700	Salinas	1
	315820	Santa Maria do Suaçuí	1
	315990	Santo Antônio do Amparo	1
	316250	São João del Rei	1
	316292	São Joaquim de Bicas	1
	316370	São Lourenço	1
	316470	São Sebastião do Paraíso	1
	316720	Sete Lagoas	1
	316800	Taiobeiras	1
	316860	Teófilo Otoni	2
	317010	Uberaba	2
	317020	Uberlândia	4
	317070	Varginha	2
	317130	Viçosa	1
	320010	Afonso Cláudio	1
	320013	Águia Branca	1
	320040	Anchieta	1
	320250	Ibiraçu	1
	320340	Mimoso do Sul	1
	320390	Nova Venécia	1
	330190	Itaboraí	1
	330220	Itaperuna	2
	330290	Miguel Pereira	1
	330310	Natividade	1
	330350	Nova Iguaçu	1
	330520	São Pedro da Aldeia	1
	330580	Teresópolis	1
	330630	Volta Redonda	1
	350210	Andradina	1
	350400	Assis	2
	350570	Barueri	1
	350650	Birigui	1
	351110	Catanduva	1
	351310	Cravinhos	1
	351390	Divinolândia	1
	351440	Dracena	1
	351550	Fernandópolis	1
	351640	Franco da Rocha	1
	351905	Holambra	1
	352240	Itapeva	1
	352480	Jales	1
	352490	Jambeiro	1
	352700	Lindóia	1
	353060	Mogi das Cruzes	2
	353080	Mogi Mirim	1
	353460	Oswaldo Cruz	1
	353620	Pariquera-Açu	1
	353730	Penápolis	1
	353880	Piraju	1
	354140	Presidente Prudente	1
	354340	Ribeirão Preto	1
	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	1
	354660	Santa Fé do Sul	1
	354960	São José do Barreiro	1
	354990	São José dos Campos	1
	355500	Tupã	1
Sul	410140	Apucarana	1
	410430	Campo Mourão	1
	410480	Cascavel	2
	410550	Cianorte	1

410640	Cornélio Procópio	1	
410690	Curitiba	2	
410840	Francisco Beltrão	1	
410940	Guarapuava	3	
411070	Irati	1	
411150	Ivaiporã	1	
411180	Jacarezinho	1	
411330	Laranjeiras do Sul	1	
411370	Londrina	1	
411520	Maringá	2	
411580	Medianeira	1	
411820	Paranaguá	1	
411840	Paranavaí	1	
411850	Pato Branco	2	
411960	Pitanga	1	
411990	Ponta Grossa	2	
412770	Toledo	1	
412810	Umuarama	2	
412820	União da Vitória	1	
420140	Araranguá	1	
420240	Blumenau	1	
420380	Canoinhas	1	
420420	Chapecó	1	
420430	Concórdia	1	
420460	Criciúma	1	
420540	Florianópolis	1	
420820	Itajaí	1	
420910	Joinville	1	
420930	Lages	1	
421050	Maravilha	1	
421480	Rio do Sul	1	
421720	São Miguel do Oeste	1	
421870	Tubarão	1	
421880	Turvo	1	
421930	Videira	1	
430350	Camaquã	1	
430693	Entre-Ijuís	1	
430700	Erechim	1	
430860	Garibaldi	1	
431000	Ibirubá	1	
431020	Ijuí	1	
431140	Lajeado	1	
431240	Montenegro	1	
431270	Nonoai	1	
431350	Osório	1	
431370	Palmeira das Missões	1	
431410	Passo Fundo	1	
431440	Pelotas	1	
431590	Rodeio Bonito	1	
431660	Sananduva	1	
431680	Santa Cruz do Sul	1	
431690	Santa Maria	1	
431720	Santa Rosa	1	
431890	São Luiz Gonzaga	1	
432010	Sarandi	1	
432070	Sobradinho	1	
432250	Vacaria	1	
Centro-Oeste	500270	Campo Grande	2
	500330	Coxim	1
	510020	Água Boa	1
	510025	Alta Floresta	1

510180	Barra do Garças	1
510320	Colíder	1
510335	Confresa	1
510340	Cuiabá	1
510350	Diamantino	1
510510	Juara	1
510515	Juína	1
510562	Mirassol dOeste	1
510642	Peixoto de Azevedo	1
510675	Pontes e Lacerda	1
510760	Rondonópolis	1
510785	São Félix do Araguaia	1
510792	Sorriso	2
510795	Tangará da Serra	1
520890	Goiás	1
521080	Itajá	1
522010	São Luís de Montes Belos	1
530010	Brasília	1

Total 297 (100)

Fonte: elaboração própria.